



Ana Paula Souza Rodrigues

**O bem morrer no Recôncavo da Guanabara:
Um Olhar sobre a freguesia de Piedade do Iguassú.
(século XVIII)**

Monografia apresentada ao
Departamento de História e Economia
como requisito parcial para a obtenção
do Título de Licenciado em História, do
Instituto Multidisciplinar da
Universidade Federal Rural Do Rio De
Janeiro

Nova Iguaçu

2010



Ana Paula Souza Rodrigues

**O bem morrer no Recôncavo da Guanabara:
Um Olhar sobre a freguesia de Piedade do Iguassú.
(século XVIII)**

Monografia apresentada ao
Departamento de História e Economia
como requisito parcial para a obtenção
do Título de Licenciado em História, do
Instituto Multidisciplinar da
Universidade Federal Rural Do Rio De
Janeiro

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr.º Roberto Guedes Ferreira (Orientador) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- IM

Prof.º Dr.º Álvaro Pereira do Nascimento – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- IM

Prof.º Dr.ª Cláudia Rodrigues– Universidade Salgado de Oliveira

Nova Iguaçu

2010

RESUMO

O trabalho analisa concepções de morte na Freguesia de Piedade do Aguassú, Recôncavo da Guanabara, no século XVIII, enfocando a visão escatológica do catolicismo construída a partir da Reforma Tridentina, os sacramentos ministrados e as medidas tomadas para o bem morrer, de acordo com as condições jurídicas livre, forra e escrava. Destarte, os elementos que compõem os ritos e costumes para “guiar a alma no caminho da salvação” expressam as hierarquias de uma sociedade de Antigo Regime.

ABSTRACT

The paper examines conceptions of death on the Freguesia de Piedade do Aguassú, Recôncavo da Guanabara, in the eighteenth century, focusing on the eschatological vision of Catholicism constructed from the Tridentine Reformation, the sacraments administered, and measures taken for the good die, according to the free legal conditions, fodder and slave. Thus, the elements of the rites and customs to "guide the soul in the way of salvation" express the hierarchies of a society of the Old Regime.



SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo I	
A Freguesia	5
Capítulo II	
O bem morrer	18
1 - Espectro da morte católica romana; o bem morrer.....	19
1.1 - “Purgatório”, “Juízo final” e “Inferno”.....	19
1.2 - Práticas do bem morrer	22
1.3 - A morte como “espetáculo”	26
2 - Espectro da morte por africanos.....	32
2.1 – A travessia	32
2.2 – Apropriações	35
Capítulo III	
Hierarquias Sociais	39
1 – Nos óbitos	40
2 – Nos testamentos	44
Conclusão	49
Referência Bibliográfica	51



AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado todas as condições necessárias para que eu alcançasse a vitória nessa primeira etapa.

A meus pais, por terem financiado todos os meus custos para minha formação profissional e terem propiciado toda a base da minha formação de caráter moral.

A meus irmãos e familiares pelas horas de descontração.

A minha sogra pela belíssima ajuda na cozinha.

A meus amigos de graduação, pelos debates e orientações, em especial aos de pesquisa: Gi, Carol, Ariane, Tatá e Ritinha.

A Guedes, mais que um professor-orientador, um grande amigo.

A meu esposo Alex, pelo amor, paciência e atenção que vem me dando, obrigado, por TUDO!



INTRODUÇÃO

A história de uma localidade conhecida somente pelos ciclos econômicos, chegada da ferrovia e o perfume exalado dos laranjais, passa a ser desvendada a partir de novas pesquisas e abordagens, muitas destas voltadas, sobretudo para o estudo da vila de Iguacu fundada em 1833, século XIX. Da chegada dos primeiros portugueses ao fim da era colonial a história desta região é caracterizada por estudos memorialistas. A escolha da Freguesia de Piedade do Iguassú, então, não foi dada ao acaso, pois novos aspectos de sua história devem ser analisados.

Dos principais estudos de Piedade e seu entorno, destacamos: *Memória da Fundação de Iguassú, Cana, Café e Laranja e Imagens Iguaquanas*.

Mattoso Maia Forte escreveu *Memória da Fundação de Iguassú* em comemoração aos 100 anos da vila, fundada em 15 de janeiro de 1833. Importante fonte documental, seu objetivo foi resgatar a história da vila desde o início do povoamento, incluindo em sua obra as Freguesias de Jacutinga, Marapicú, São João de Meriti e do Pilar, pois em um determinado momento do XIX todas formavam o município de Iguacu. Baseado em Monsenhor Pizarro e nos relatórios do Marquês do Lavradio, expôs os censos demográficos, o número de engenhos e senhores, os números da produção agrícola do fim do XVIII, a fundação das matrizes e seus respectivos párocos; em seguida descreveu as famílias mais oponentes de cada território; por fim, encerrou com a abordagem sobre o município de Nova Iguacu, já no XIX, enfatizando a linha férrea e o cultivo de laranja.¹

Cana, Café e laranja, escrito por Waldick Pereira enfocou os ciclos econômicos da Freguesia de Piedade, primeiramente sublinhou a produção de açúcar (século XVIII) e os engenhos do Iguassú para o que se baseou em Maia. Apesar de o autor ressaltar o cultivo da cana, veremos no primeiro capítulo que, naquele contexto o cultivo de gêneros alimentícios que predominou na economia. Da mesma forma, ressaltou que, após o ciclo da cana, teve início a produção de café (no XIX) e, após sua decadência, a de laranja (século XX). A ferrovia como meio de transporte para o escoamento desses

¹ FORTE, José Mattoso Maia. **Memória da Fundação de Iguassú: comemortiva do primeiro centenário da fundação da villa em 15 de janeiro de 1833**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, 1933.

dois últimos produtos.² Seu conceito de “ciclos econômico” ocultou a dinâmica econômica do território no entorno a Guanabara, que não estava restrita à monocultura.

Afrânio Peixoto apenas transcreveu diversos fragmentos de fontes sobre a Freguesia no livro *Imagens Iguaçuanas*, sem as analisar, mas a junção destes fragmentos que datam desde o século XVI ao XIX foi importante para o resguardo de informações.³

Não obstante as contribuições dos autores, o foco dos estudos foi memorialista e economicista.

O presente trabalho visa nova proposta, por meio do exame das concepções de morte e de hierarquias sociais expressas por elementos fúnebres de acordo com as condições jurídicas livre, forra e escrava, no século XVIII.

Dentro do campo da História das mentalidades, que se consolida na década de 60 explorando temas até então não convencionais (morte, loucura, medo, infância), cuja perspectiva interpretativa é a de que existem mentalidades coletivas, níveis de comportamento compartilhados. Ainda que ofuscado pela chamada História Cultural, vieram à luz os temas do universo mental, os modos de sentir, o das representações coletivas, etc. Evidentemente, no Brasil propostas tiveram eco, valendo-se de amplo corpo documental, como registros de óbitos e testamentos, dentre outras fontes.⁴

Aqui, uma das fontes primárias analisadas são os registros de óbitos, no total de 1.048 registros para anos compreendidos entre 1723 e 1798. Fontes de natureza serial informam nome do morto, data do óbito, sexo, idade relativa (adulto, inocente), naturalidade, tipo de mortalha, sacramentos recebidos, etc. Por tais informações é possível analisar elementos de distinção social que permeavam aquela sociedade de Antigo Regime e escravista. A própria separação dos óbitos em livros de livre-forros dos de escravos demonstra a hierarquização social.⁵

Já os testamentos, inclusos em alguns óbitos, apesar de seguirem um determinado modelo estrutural, possuem um caráter mais qualitativo, expressando

² PEREIRA, Waldick. **Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/SEEC, 1977.

³ PEIXOTO, Ruy Afrânio. **Imagens Iguaçuanas**. Nova Iguaçu, Tip. Colégio Afrânio Peixoto. 1968.

⁴ Ver: SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. e BRUGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade: São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume, 2007. Dentre outros.

⁵ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p. 304-312

vontades individuais. Examinei 50 testamentos, nos quais o enfermo declara sua naturalidade, suas dívidas, seus bens e ditava suas “últimas vontades”. Nestas, estão incluídos desde as instruções para a realização do sepultamento (envolvendo número de missas, mortalhas, acompanhantes) à menção dos legados deixados. Portanto, é válido destacar que os testamentos eram realizados somente por aqueles que possuíam bens.⁶

Em 1799, às vésperas de seu falecimento, Alberto da Costa Pinheiro, na abertura de seu testamento, ditou ao escrivão:

*Em nome da Santíssima Trindade Padre, Filho, e Espírito Santo, três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro. Saibam quantos este instrumento virem, como no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e setenta e seis anos, nesta freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Aguassú eu Alberto Pinheiro da Costa estando em meu perfeito juízo e entendimento que o Nosso Senhor me deu, temendo-me da morte e desejando por mina alma no caminho da salvação, por não saber o que o Nosso Senhor de mim quer fazer, e quando será servido levar-me para si, faço este testamento na forma seguinte (...)*⁷

Podemos observar que para testar era indubitável que o indivíduo apresentasse um quadro de perfeita saúde mental, sendo este registro um instrumento usado como demonstração de arrependimento. Também se observa o temor dos indivíduos diante da morte, declarações de dívidas, encomendações de missas, pedidos de acompanhamento de santos, tudo numa tentativa de expurgar os seus pecados e obter uma *boa morte*.

A partir do uso das fontes aludidas e um diálogo com a bibliografia especializada, o estudo se divide em três capítulos. No capítulo I, analiso o início do povoamento, a dimensão populacional, as atividades econômicas e a dinâmica dos limites fronteiriços, traçado pela Igreja, na Freguesia de Piedade de Iguassú do século XVIII.

O capítulo II aborda as concepções de morte dos fregueses de Iguassú, tanto a católica quanto a africana. Para alcançar tal objetivo destaquei as concepções introduzidas na escatologia católica, principalmente após a Reforma Tridentina; os

⁶ Em um testamento, testador é aquele que está realizando, ditando o testamento; testamenteiro é a pessoa que irá garantir o cumprimento das últimas vontades do testador, geralmente o testamento é composto por três testamenteiros.

⁷ Arquivo da Cúria Metropolitana de Nova Iguaçu. Livro de Óbitos de livres e forros (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú 1777-1798); fl. 7 v.

elementos que configuravam o bem morrer; os ritos e símbolos que envolviam a cerimônia fúnebre; por fim, o espectro da morte entre os africanos de tronco lingüístico *bantu*.

No Capítulo III saliento as hierarquias sociais da sociedade de Antigo Regime e escravista, através das disposições realizadas para o bem morrer das três categorias jurídicas: forros, livres e cativos.

Sendo assim, analisar as últimas vontades na freguesia de Piedade do Iguaçu em fins do século XVIII objetiva perceber a dimensão local de expressão de arrependimento e de preparação do caminho da salvação. Em suma, a partir do cruzamento de fontes, visamos relacionar o microcosmo da morte (sua expressão na Freguesia de Piedade do Iguaçu) à esfera macro das concepções da morte Império colonial português.

CAPÍTULO I

A Freguesia

A Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú integrava parte do Recôncavo da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro. Compreende hoje o que é denominado a região da “Baixada Fluminense”. Calcada, mas indo além do surgimento da freguesia, da análise sua demografia e a da dinâmica de sua ocupação, indo além do registro memorialista, do enfoque da descrição geográfica e econômica, destacarei o contingente populacional a partir de fontes (registros de óbitos e testamentos) pouco usados para a região.

A partir de 1534 a Coroa realizou medidas para iniciar o povoamento da colônia, dentre elas a criação de capitâneas, doando-as a donatários. A área abordada fazia parte da Capitania de São Thomé e considerável parte da Capitania de São Vicente. Os donatários detinham a posse de 20% da capitania, sendo o restante das terras (80%) repassado a terceiros em forma de sesmarias. Assim, o Recôncavo da Guanabara começa a ser povoado durante o século XVI por meio da doação de sesmarias, logo após a fundação da cidade de São Sebastião, em 1565, pelo Capitão-Mor Estácio de Sá. O objetivo da Coroa portuguesa, ao conceder terras nesse território, foi expulsar os franceses da Baía de Guanabara e estabelecer a conquista da terra.⁸

Segundo Waldick Pereira, no século XVI uma das primeiras doações de terras foi concedida a Brás Cubas (1568), com 3.000 braças de testada pela costa do mar e 9.000 de fundos, pelo rio Meriti, passando pela aldeia dos índios Jacutinga; outra foi em 1567 a Cristóvão de Barros, perto do Rio Iguaçú; outra, em 1577, a Antonio Vaz e já no início do XVII, em 1602, a Manoel Gomes da Costa, Antonio Fernandes, Baltazar de

⁸ Atlas Fundiário do Rio de Janeiro./ S E A F. Rio de Janeiro: 1991. p. 9-13.

Andrade Araújo, Bartolomeu Duarte Bittencourt e Manoel Ribeiro. Ainda segundo o autor, no século XVIII foram relacionadas mais de 60 doações de terras.⁹

Dos 50 testamentos examinados, apenas um declarou possuir terras de sesmaria; antes de vir a falecer em 1742, na Freguesia de Piedade do Iguassú, Manoel Rodrigues de Velasques declarou em testamento: “*posso ao pé da serra do Tinguá duas léguas de terra rio asima do Iguassú huma légua da parte do norte, e outra da parte do sul de que tenho sesmaria*”.¹⁰ Rastrear tais sesmarias a partir das fontes disponíveis constitui uma tarefa árdua. Possivelmente, com o passar dos anos muitas foram repartidas em heranças, vendidas, até mesmo abandonadas; além do mais, a ausência da classificação de terras como sesmaria pelos testamenteiros não inviabiliza sua existência, muitos destes podem ter adquirido terras por esse sistema, mas não as mencionado como tal. O fato é que aquelas doações foram o primeiro fator que impulsionaram a povoação desta parte do recôncavo.

A rede hidrográfica que perpassava pelas freguesias rurais e desembocava na Baía de Guanabara era um meio direto de comunicação com o litoral e canoas e barcos eram o principal meio de transporte utilizado para o trânsito de pessoas e mercadorias. Nielson Bezerra afirma que o entorno do Guanabara possuía uma rica malha hidrográfica, “com a suma importância estratégica para o dinamismo econômico da região, pois exerceu a função de ‘estradas’, servindo para o escoamento de mercadorias, circulação de pessoas e informações etc.”¹¹ A comunicação terrestre, por meio de estradas, era pequena, além do precário estado; tal situação deve-se ao fato de existirem de brejos, mangues e pântanos na região. Os principais rios eram: Meriti, Iguaçú, Pilar Sarapuí, Saracuruna, Suruí, Inhomirim e Guapimirim. De acordo com Monsenhor Pizarro Araújo, os rios navegáveis da Freguesia eram: “*o de Iguassú, que tem sua origem nas Serras do Tinguá, e é o maior de navegação e o de Santo Antonio, navegável por canoas; sendo os outros rios não navegáveis, dentre os muitos córregos e riachos que fertilizam o território.*”¹² (Ver anexo I).

Por sua vez, os principais portos eram: Grande Magepe, Velho da Piedade (ou Iguaçú), Pilar, Inhomirim, Suruí, Sarapuí e dos Saveiros (ambos no Rio Sarapuí), Iriri e

⁹PEREIRA, Waldick. **A mudança da vila (História Iguaçua)**. Nova Iguaçu: Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 1997. p. 11 - 12.

¹⁰ Livro de Óbitos de livres, forros e escravos (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú 1723-1769). f. 16v.

¹¹ BEZERRA, Nielson Rosa. **As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro**. Niterói: EdUFF, 2008. p. 25.

¹² ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro, e mons. (1753-1830). **Visitas pastorais na Baixada Fluminense feitas pelo Monsenhor Pizarro no ano de 1794**. Nilópolis: Shaovan, 2000. p. 57.

das Caxias. Além do caráter de escoamento que possuía a via fluvial, Demetrio ressalta que também serviu na ocupação ao facilitar a penetração no sertão a partir do século XVII.¹³ Portanto, a comunicação direta entre o litoral e as freguesias rurais, é um segundo elemento basilar no estabelecimento de povoados na região, prova disto é a instalação dos primeiros engenhos e sítios à margem dos rios.¹⁴

Neste processo secular, a fundação da freguesia de Piedade do Iguassú se deu em 1719. Monsenhor Pizarro afirmou que suas fronteiras fazem divisa:

*“...com a de [freguesia] N. Sra. do Pilar do mesmo Iguassú, pelo rumo de E, na extensão de 2 leguas: Com a de S. Antonio de Jacutinga pelo S., e lugar chamado Porto dos Saveiro, na distancia de 1,1/2 legua, pelo W, na distancia de 2 legua: Com a de N. Sra da Conceição do Alferes, em serra acima, na distancia de 4 leguas ao N: e com a de Santa Família pelo NW, em distancia de 4 leguas por sertão inculto.”*¹⁵

A construção da primeira matriz começou a partir de uma simples capela, do Alferes José Dias de Araújo, em 1619. Uma construção frágil, de taipa, e, por isso em 1760, foi construída uma nova, de pedra e cal em terras do filho do mesmo Alferes, Diogo Dias de Araújo. *“Ao redor da Igreja Matriz da Freguesia, [havia] trinta e uma casas térreas, um sobrado em que reside o vigário, uma com meio sobrado no soto, todas à exceção de três, são cobertas de telhas.”*¹⁶ Neste ponto nota-se mais uma vez a ação das famílias ali estabelecidas para a colonização e conquista da terra, pois a marca do Estado Português na freguesia era bastante limitada. Foram essas e outras famílias que construíram igrejas, portos, abriram as estradas e teciam relações com os “gentios da terra”.

Cinco oratórios foram identificados na Freguesia por Pizarro: do Capitão Estácio José Borges, de Bento Antonio Moreira, no Tinguá, o de Domingos de Oliveira Borges, o de Dona Ana de Jesus Moreira, na sua fazenda Tinguá e, por fim, da fazenda do

¹³ DEMETRIO, Denise Vieira. **Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: Séculos XVII e XVIII**. 2008. 179 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. p. 33-34.

¹⁴ Iguaçu significa *‘rio grande e, por extensão muitas águas, grandes nascentes’*. A denominação dada pelos indígenas encaixa-se com a descrição de Monsenhor Pizarro ao afirmar que a freguesia possuía diversos rios e riachos.

¹⁵ ARAÚJO. op. cit., p. 25 - 53.[Grifos meu]

¹⁶ ARAÚJO, José de Souza A. Pizarro. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. v.3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. p. 49 – 52.

provedor da moeda José da Costa. Dona Ana de Jesus Moreira, viúva do Doutor Manoel Moreira de Souza, mãe de Rosa, Maria, Isabel e Emerenciana, conseguiu aprovação para que “*cada uma delas possa fazer celebrar nos oratórios da sua residência, tanto na Cidade, como na sua Fazenda, e em benefício não só dos Escravos, mas de todos os que ali concorrerem; e também para se dar ali mesmo a Sagrada Comunhão, ao menos uma vez em cada mês, aos seus escravos, e mais pessoas*”.¹⁷

N.S. do Pilar, Jacutinga, São João de Meriti e Marapicu eram freguesias circunvizinhas de Piedade, e a comunicação da população desses territórios era intensa e dinâmica. As pessoas não reduziam sua vivência religiosa apenas ao local do qual eram fregueses, muitas foram sepultadas em outras matrizes, possuíam terras em alguma dessas localidades. Famílias de diferentes freguesias teciam, até mesmo expandiam sua rede de relações sociais por meio de casamentos, utilizavam portos que fossem mais perto de sua residência, enfim, as relações econômicas, religiosas e sociais ultrapassavam as fronteiras das freguesias.

Mas, nesse período, a referência maior dos limites territoriais era a paróquia, a matriz era referência para cada freguesia. Era a igreja e não a Coroa que demarcava as divisas entre as freguesias. Monsenhor Pizarro mencionou uma interessante situação a esse respeito:

“Nesta Freguesia recorreram a mim alguns Fregueses de S. Antonio de Jacutinga, pedindo-me em sua Petição, que em atenção a distância de três léguas, em que se achavam a sua Matriz, e a proximidade desta [Iguassú], por distarem dela uma e meia, e uma légua, e por isso mesmo estarem de posse em se lhes administrarem os Santos Sacramentos desta mesma Freguesia, com Faculdade de seu próprio Pároco, ultimamente, porque pelos caminhos dela, e para os seus Portos faziam diariamente conduzir os seus efeitos: quizesse eu mandá-los haver por Fregueses desta mesma Freguesia, e segregar suas casas, e Sítios, daquela Freguesia de S. Antonio. A este requerimento mandei que respondessem ambos os Párcos, por Despacho de 21/5/1.795: e vista a resposta que deram providenciei nos termos seguintes= Vista a conveniência dos pareceres dos Revdos. Vigários, fiquem sujeitos os suplicantes à Paróquia de N. Sra. Da Piedade do Iguassú: e guardada a condição requerida pelo R. Vigário de Jacutinga/ como se vê da sua resposta/ assim se conserve a divisa Interinamente, até que os mesmos RR. Vigários obtenham de Sua Excia. Revma. A confirmação deste meu provimento.”

Deste modo, fica evidente que apesar de tais indivíduos serem fregueses de Santo Antonio de Jacutinga, transitavam, comercializavam e recebiam os sacramentos

¹⁷ARAÚJO. op. cit., 2000. p. 53- 54.

em Iguassú; não obstante, tal proximidade gera, como citado no trecho acima, um requerimento onde pedem que suas casas e sítios sejam segregados para a Nossa Senhora de Piedade, pois nela suas atividades religiosas e comerciais eram mais acessíveis e a noção de pertencimento à comunidade, provavelmente, está muito mais contígua à Piedade. por isso, a iniciativa partia das pessoas. Todavia, o desfecho da remarcação das fronteiras dependia da aprovação da autoridade eclesiástica, ou seja, do aval da Igreja, figurando neste sentido o papel do Estado.

No aspecto demográfico, os censos sobre as freguesias rurais foram realizados pelo Marquês do Lavradio e por Monsenhor Pizarro. Sobre elas, a mais antiga e populosa da região era a de Nossa Senhora do Pilar, Iguazu nesse momento, com 16,7% do total de habitantes, ocupa o terceiro lugar; Santo Antonio de Jacutinga possui o maior número de cativos, correspondendo a 61,0% de sua população; São João de Meriti, apesar do diminuto número de livres e escravos, contava com engenhos, no total de nove.

Baseado no relatório do Marquês de Lavradio segue abaixo um quadro contendo o nome das freguesias a de Piedade, o ano de fundação, e o número de habitantes.

Tabela 1- Freguesias do Recôncavo da Guanabara, número de engenhos e habitantes (Entre os anos de 1779 e 1789).¹⁸

FREGUESIAS	DATA DA FUNDAÇÃO	Nº. ENGENHOS	Nº. HABITANTE			
			Livres	Escravos	Total	Total em %
N.S. da Conceição de Marapicú	1759	4	902	919	1.821	13,9%
Santo Antônio de Jacutinga	1657	7	1.402	2.138	3540	27,1%
S.João de Meriti	1747	9	638	978	1.616	12,4%
N. S. da Piedade de Iguassú	1719	2	963	1.219	2.182	16,7%

¹⁸ Ver relatório do Marquês do Lavradio em FORTE. op.cit., 1933. e BEZERRA. op.cit, 2008.

N.S. do Pilar	1637	1	2.027	1.868	3.895	29,9%
---------------	------	---	-------	-------	-------	-------

Monsenhor Pizarro apresentou novos números no ano de 1795, como o total de habitantes e de fogos existente em cada freguesia:

Tabela 2- Freguesias do Recôncavo da Guanabara, número de fogos e habitantes (1795).

FREGUESIAS	Número de Fogos	de (%)	Número de Habitantes	de (%)
N.S. da Conceição de Marapicú	170	8,5%	1.650	9,7%
Santo Antônio de Jacutinga	350	17,5%	3.500	20,5%
S.João de Meriti	216	11,0%	1.730	10,4%
N. S. da Piedade de Iguassú	700	35,0%	6.142	36,0%
N.S. do Pilar	560	28,0%	4.000	23,4%

Fonte: FORTE, 1933. Página 12-13.

Por meio da análise dos dados, não obstante sua imprecisão constata-se que o número de habitantes da Freguesia de Piedade do Iguassú quase triplicou da década de 1780, para a de 1790, tornando-se a freguesia mais populosa da região no final do século XVIII, sendo a única a expressar crescimento populacional entre as duas décadas. Logo em seguida as Freguesias do Pilar e de Jacutinga, apesar de terem tido um decréscimo do número de habitantes comparando-se os dois períodos. As freguesias de São João e de Marapicu possuíam a população mais diminuta. Sobre o número de fogos,¹⁹ a tendência seguiu a mesma da população. Piedade do Iguassú contava com 35% do total, Nossa S. do Pilar, com 28%, seguida de Jacutinga, 17,5%. São João, 11,0% e, por último, Marapicu, com 8,5%.

¹⁹ Raphael Bluteau, em dicionário escrito entre 1712 e 1728, descreve o significado de fogo como *família, vila que tem cem ou duzentos fogos*, no dicionário escrito por Antonio de Moraes Silva, significa *casa ou família*. Aqui englobamos sítios, fazendas ou engenhos. SILVA, Antonio Moraes. **Dicionário da língua portuguesa - recompilado dos vocabulários impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado**, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. p. 42. BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. p. 155.

Com base em 1.048 registros de óbitos, da Freguesia de Piedade do Iguassú, para os anos de 1723 a 1798, pode-se avançar no quadro demográfico da freguesia. Da soma, 71,3 % eram classificados pela fonte como livres, 18,5% como cativos e os 10, 2 % restantes como forros. De um modo geral o número de homens é superior ao das mulheres, 57,3% e 42,7%, respectivamente, porém entre os livres há a maior discrepância, onde 40,3% são homens e 30,8% mulheres.

Tabela 3- Total de óbitos. Freguesia de Piedade do Iguassú Século XVIII

Grupos sociais	Total de Habitantes		Mulheres		Homens	
	(*)	(%)	(*)	(%)	(*)	(*)
Livres	741	71,3%	321	30,8%	420	40,3%
Forros	106	10,2%	48	4,6%	58	5,7%
Escravos	193	18,5%	76	7,3%	117	11,3%
Total	1.040	100,0%	445	42,7%	595	57,3%

* Em números.

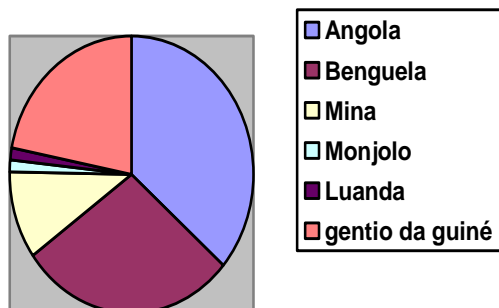
Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Nova Iguaçu, Livro analisados: Livro de Óbitos de livres e forros (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú 1777-1798); Livro de Óbitos de livres, forros e escravos (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú 1723-1769); Livro de Óbitos de escravos (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú 1757-1762).

Sobre a procedência de tais cativos, a maior parte advém de Angola (37%), Benguelas (29%), os denominados gentio da guiné (22%), os mina (10%) e, por fim, Luanda e Monjolo (cada um com 1%). João Fragoso afirma que *“desde os seus primórdios, a cidade [do Rio de Janeiro] teve como destino o comércio no Atlântico Sul, particularmente com Angola e a bacia do Prata. Em meio a essa rota, o Rio produzia aguardente e alimentos com os quais adquiria cativos africanos que, vendidos no prata, se transformavam em metais para os povoadores da baía da Guanabara”*²⁰. Em 1695, ainda segundo o autor *“a câmara destacava a importância da cachaça para a compra de negros da Angola”*. Assim, a maior proporção de cativos provenientes de Angola não se dá ao acaso, o comércio atlântico entre a cidade do Rio de Janeiro e este território africano ocorre desde o século XVI, com a instalação de uma economia de

²⁰FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

plantation, do estabelecimento de famílias e engenhos na região. Comércio, aliás, intensificado no século XVIII.

Gráfico 1- Procedência dos escravos



Todavia há limitações das informações dos óbitos, entre elas: a fonte não abrange todos os grupos da sociedade (índios são parcamente contabilizados); são apenas três livros de óbito para um período extenso (outros livros não foram encontrados). Porém, a importância dos dados se dá na medida em que retrata a demografia da localidade. Cruzando fontes, pode-se, por exemplo, perceber a presença marcante de índios.

Apesar de terem uma grande contribuição no processo de povoamento e expulsão dos franceses, os indígenas não são mencionados nas estatísticas de Pizarro e dos historiadores. Nos 1.048 registros de óbitos foram localizados trinta indígenas, os chamados filhos da terra. Desses trinta, três são casados com cativos africanos, um fora casado com uma parda forra, quatro são viúvos e três solteiros. Quanto a condição social, cinco são declarados pela fonte como pobres, tendo seu sepultamento realizado pelo amor de Deus. Porém por meio da análise de alguns elementos disponíveis na fonte é perceptível que tal classificação não está restrita apenas a este número. Nenhum índio fez testamento, o que demonstra que provavelmente não tinham tantos bens, ou grandes montes a serem resguardados, mas não se pode desprezar a idéia de que certos índios estariam incorporados à localidade. Ainda sobre sua condição social, foram encontrados dois índios que se encontram em casa de importantes famílias da freguesia, os Martim

Correia Vasques e os Correia, eram da “*casa de*”, ou seja, uma forma de agregação e dependência.²¹

Retornando aos dados de Pizarro, em relação ao número de fogos, Piedade do Iguassú, com 35%, tinha maior número, seguida da Freguesia do Pilar (28,0%), Jacutinga (17,5%), Meriti (11,0%) e, por fim, Marapicú (8,5%). Há que se ressaltar que nem todos esses fogos tinham um caráter de residência permanente, muitos eram sítios, casas, conservadas ou abandonadas, sendo seus proprietários, em grande parte, residentes também na cidade do Rio de Janeiro, o que conferia *status*, pois a cidade estava entre as sete maiores praças mercantis do Atlântico. Por outro lado, ter terras na freguesia também denotava prestígio.²²

O provedor da moeda José da Costa, no fim do século XVIII, possuía uma fazenda na Freguesia da Piedade, ainda que seu oratório estivesse: “[...] *sem uso há muitos anos, por notável desleixamento*”²³. No testamento de Manoel Rodrigues de Velasques, de 1742, está escrito: “*Declaro que retirando-me da Cidade para a minha fazenda do Iguassú a ver a minha convalescença de huma grave doença que padeci nesta recahi [...]*”²⁴

O fogo de Velasques, tal como outros da freguesia, produzia gêneros alimentícios como feijão, milho, arroz, mandioca, cana doce, arroz e café. Havia quatro fábricas de aguardente e algumas olarias, além da existência de duas fábricas de açúcar, assim descritas por José Mattoso Maia Forte; para o ano de 1796:

“[...] uma do capitão Luiz Barboza, com 50 escravos, fazendo 18 pipas de aguardente; a outra, de D. Luzia Maria, com 20 escravos, fabricando 12 pipas de aguardente. Produzia 8.000 sacos de farinha, 240 de feijão, 240 de milho de 6.000 de arroz. Escoava-se a produção

²¹ Os grupos de índios que se encontravam na região faziam parte do grande ramo *tupi*, a contribuição de sua cultura é expressa na linguagem, produção alimentar alguns hábitos e costumes. No que diz respeito ao vocabulário, a denominação de rios, de lugares e das próprias freguesias são em sua maioria de origem tupi. Iguaçu, Meriti, Jacutinga, Otum, Sarapuí, dentre outros. Grande marca na produção alimentícia foi o cultivo da mandioca e a fabricação da sua farinha.

²² FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Conquistadores e arrivistas: uma aristocracia reinventada. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; Sampaio, Antonio Carlos Jucá de, (orgs.). **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, Séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Páginas: 38 a 42.

²³ PIZARRO, 2000. p. 54.

²⁴ Ver nota 3.

por dois portos, o do Teijam e o dos saveiros, ambos com embarcação.”²⁵

Não só os índios, porém, conviviam com potentados locais. Chama atenção, por exemplo, além daquela presença africana majoritariamente *bantu*, a forte marca dos forros. No final do século, precisamente entre 1777 e 1798, de acordo com o livro de Óbitos de livres e forros (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú 1777-1798), dos 679 óbitos, nada menos do que 101 (14,9%) eram forros, além de 14 pardos e pretos livres. Considerando o subregistro da cor e da condição jurídica, tais números são significativos. Aliás, daqueles 101 forros, 64 eram pretos, termo preferencialmente atribuído a africanos. Nesse sentido, como africanos, os óbitos, dentre outros registros paroquiais, fornecem dados adicionais (os forros, por exemplo), omitidos por Monsenhor Pizarro e por autores que nele se basearam.

Segundo Flávio Gomes, a região, no século XVIII, voltava o cultivo desses gêneros para o abastecimento do mercado interno. Considerando o número de cativos, o autor afirma que cerca de 20% estariam sendo empregados no cultivo e fabricação do açúcar, enquanto a maior parte dedicava-se à extração de lenha, fabricação de tijolos e, principalmente, o cultivo de alimentos, além de afirmar a existência de um comércio entre as áreas vizinhas e a corte.²⁶ Assim, Iguassú contribuía para o dinamismo do mercado interno colonial, tal como já havia se ressaltado.

Em uma tabela apresentada por Gomes sobre a produção de provimentos alimentícios na região, a farinha de mandioca era o alimento mais cultivado, seguido pelas roças arroz.²⁷ Por sua vez, Russell- Wood destaca que “o cultivo de mandioca era, da mesma forma, uma economia de pequenas propriedades, mas, para a maioria dos produtores, não permitia um retorno além da mera subsistência.”²⁸ Dos 50 testamentos analisados, 20 testadores declararam ter roças e roda de mandioca para o fabrico da farinha, como é o caso de Manoel Ribeiro da Silva, falecido em 1741: “*Declaro, que os bens, que possuo he o seguinte hum mulato por nome Antonio, e huma mulatinha por nome Domingas, rossas de mandiocas huma roda de fazer farinha com chapassam de*

²⁵ FORTE, 1933. p. 37.

²⁶ GOMES, Flavo dos Santos. Quilombos do Rio de Janeiro do século XIX. In: GOMES, Flávio dos Santos & REIS, João José (organizadores). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. p. 265.

²⁷ Ibid, p. 265.

²⁸ RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p 97.

*cobre hum forno de cobre hum taixo do mesmo huma egoa.*²⁹. Duas testadoras (Joana Gonçalves e Gracia Maria) possuíam tanto roças de mandioca como arrozais, Joana Gonçalves, falecida em 1789, declarou:

*“ Declaro que possuo hum arrozal que dará em vinte sacos dos quais deixo dois para a Senhora Rosa Maria de Jesus, e dezoito para Jose Cardoso preto forro assistente em minha casa para depois deles segundo lhe tenho determinado. ”*³⁰

Demetrio ainda destaca a importância do cultivo da farinha de mandioca na capitania do Rio de Janeiro para o abastecimento do consumo local, para servir como moeda de troca no comércio de cativos em Angola e para o abastecimento de tropas na cidade do Rio de Janeiro.³¹

Outro aspecto importante a ser abordado da história da freguesia de Piedade do Iguassú é o estabelecimento da fazenda de monges beneditinos, os primeiros a introduzir mão de obra africana na região. Em Ruy Alfrânio Peixoto, encontramos uma citação do Padre José de Anchieta, que diz:

*‘ daqueles 7 ou 8 frades brancos franceses que mandamos por Villegaignon, em 1560 ou 1561, fizeram entre os tamoios o seu estabelecimento, e ensinaram alguns meninos dos gentios os quais se apresentavam vestidos com os seus hábitos ’*³²

Tais frades brancos eram monges beneditinos franceses quem, em 1560, se estabelecem entre os índios de Iguacu com a função da catequização, após a expulsão dos franceses os monges são expulsos na década de 1560. Antonio Lacerda afirma que após sucessivas doações e compras de terras a partir de 1591, os beneditinos do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro formavam a Fazenda de São Bento de Iguacu, a primeira e maior fazenda da ordem no Brasil. Nela, funcionava um engenho de açúcar com grandes produções, mas desativado em 1697 devido ao terreno alagadiço. Segundo Lacerda, a Ordem passa a investir em olarias, pasto e lavouras, e com o excelente barro

²⁹ Livro de Óbitos de livres, forros e escravos (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú 1723-1769). f. 16.

³⁰ Livro de Óbitos de livres e forros (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú 1777-1798). f. 72.

³¹ DEMETRIO, 2008. p. 38 – 40.

³² PEIXOTO.op.cit. , 1968. p. 10.

da região, a fazenda fornecia tijolos, telhas e ladrilhos para diversas construções. Devido ao seu poder econômico e religioso os monges beneditinos terão uma grande influência na região. Durante o século XVIII a propriedade tornou-se uma das maiores produtoras de alimentos da freguesia, com inúmeros cativos. Para Lacerda seus escravos teriam certas regalias, com direito a roças próprias e a fabricarem farinha para seu consumo ou comércio.³³

Em um livro de registro de batismo da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga (1790-1807), foram constatados 26 batismos de cativos dos religiosos de São Bento, destes apenas três foram batizados na capela do mosteiro; os demais receberam o primeiro ritual católico na matriz da freguesia. As mães de todos os batizados pertenciam à fazenda, sendo 12 filhos naturais e 14 filhos legítimos, com os pais também cativos dos religiosos. A manutenção da família escrava na fazenda pode ter sido promovida pelos monges, além de fazer parte de possíveis regalias usufruídas por estes cativos, apontadas por Lacerda, sem excluir as estratégias que tais indivíduos viessem a utilizar.

Como local de sepultamento, na fazenda, também denominada de convento de São Bento, o acesso a uma de suas covas parece ter sido restrito à elite local. Em nossa amostra encontramos apenas 8 indivíduos ali enterrados, um destes foi Diogo Dias de Andrade, falecido em 1724, o qual pede em testamento: “*Meu corpo será sepultado na Igreja do Patriarca S. Bento na minha cova da minha Irmandade do Rosário, e amortalhado no Hábito do mesmo Patriarca S. Bento.*”³⁴. Pedro Fernandes Athaide, nascido no Rio de Janeiro e falecido em 1749, casado com Ana da Costa, também foi sepultado em uma das covas dos religiosos de São Bento. Ser enterrado em uma capela, perto dos santos, e homens que se dedicam a ter uma vida reta e justa, de oração e reclusão, também poderia ser uma forma de alcançar uma ajuda a mais no tão incerto além.

A partir do *boom* aurífero em Minas Gerais no século XVIII, as Freguesias do Recôncavo da Guanabara, tornam-se pontos de ligação entre o litoral do Rio de Janeiro e as minas auríferas. A estrada então existente para se chegar às minas era denominada Caminho do Paraty, posteriormente “Caminho Velho”. A viagem por essa via era longa e dispendiosa. Deste modo, com o objetivo de ter um controle mais eficaz e um

³³ LACERDA, Antonio. Terra de gente valente. In: Diocese de Nova Iguaçu. **Diocese de Nova Iguaçu: 50 anos de missão (1960-2010)**. [S.l.: s.n.], 2010. .p. 8- 9.

³⁴ Livro de Óbitos de livres, forros e escravos (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú 1723-1769). f. 8.

transporte mais rápido das mercadorias, a Coroa portuguesa incentivou a abertura de novos caminhos por particulares em troca de títulos e privilégios. O Caminho Novo, aberto por Garcia Rodrigues Paes em 1698, próximo às margens do Parahabana, hoje parte integrante de Pati do Alferes, até o Rio de Janeiro, tornou-se a principal rota utilizada pelos viajantes. O Sargento-Mor Bernardo Soares de Proença, no ano de 1722, abriu uma variante do Caminho Novo, “Caminho do Inhomirim”, desviando a reta das partes mais íngremes da serra, diminuindo custos e despesas, tanto físicas como financeiras. Posteriormente são concluídas as obras do “Caminho do Tinguá” ou “Caminho de Terra Firme”, aberto pelo mestre-de-campo Estevão Pinto, concluído em 1728 e o Caminho de “São Paulo”, iniciado em 1733.³⁵

Durante o século XVII, as áreas entrecortadas por esse caminhos foram amplamente beneficiadas, como é o caso da Freguesia de Piedade do Iguassú, outras povoadas e elevadas à categoria de vilas: Pati do Alferes, Vassouras e Paraíba.³⁶ Com as tropas que transitavam por esses caminhos, o comércio local se favoreceu com armazenamento e transporte de mercadorias, aluguéis de escravos, venda de produtos locais.³⁷ Cabe ainda destacar que muitos viajantes precisavam descansar, assim como repor provisões de mantimentos e alimentar os animais, estendendo sua estadia por alguns dias na freguesia que estivesse mais próxima.

Deste modo Iguassú pode ser caracterizado como uma área de trânsito, pois entrecortada pelos caminhos do Ouro, recebia viajantes de todas as partes Reino com seus escravos e manufaturas em busca das minas auríferas, e paralelamente acolhia aos transportadores do ouro que partiam em direção ao litoral.

Podemos concluir que nas freguesias rurais do Recôncavo, as famílias ali estabelecidas criavam laços consangüíneos, teciam redes comerciais, predominada a troca de gêneros mais do que de moedas. Mas também se preocupavam demasiadamente com sua vida espiritual, freqüentando outras igrejas matrizes e aumentando sua “família espiritual”, como demonstram os testamentos que serão analisados posteriormente. Cabe-nos agora perceber as concepções destes indivíduos sobre a morte.

³⁵ BEZERRA, 2008. p 29. Atlas Fundiário do Rio de Janeiro, 1991. p. 17

³⁶ FORTE, 1933. p. 56.

³⁷ BEZERRA, 2008. p. 26.

CAPÍTULO II

O Bem Morrer

“A arte do bem morrer é necessária e dificultosa. Necessária, porque sendo o ponto da morte principio ou de hum bem, ou de hum mal, que nunca terá fim; que arte se pode imaginar mais necessária para o christão, que aquela, essa que se aprendem as verdadeiras regras para evitar um mal eterno, & as máximas mais seguras par alcançar hum bem que não tem nem terá termo? Dificultosa, pois sendo que as mais artes se aprendem com o exercício continuado, e só com os atos repetitivos se adquirem os hábitos dellas, nesta arte de bem morrer não tem lugar a repetição dos atos, porque só huma vez se morre”.³⁸

Segundo Michel Vovelle a mentalidade é o que não está formulado, o que parece ser insignificante, no nível das motivações anódinas, está na lembrança, na memória, nas formas de resistência.³⁹ Analisar as mentalidades sobre a morte dos grupos sociais de Piedade do Iguassú, no século XVIII, os atos e palavras que em um primeiro momento transparece insignificância, é o campo que agora passará a ser desbravado. Os registros, os preceitos, as doutrinas e até mesmo proibições terão relevância para o

³⁸ BONUCCI, Antonio Maria, S.J. 1651-1728. **Escola do bem morrer: aberta a todos os christaos, & particularmente aos moradores da Bahia nos exercícios de piedade, que se praticão nas tardes de todos os domingos pelos irmãos da confraria da Boa Morte, instituída com authority Apostólica na Igreja do Collegio da Companhia de Jesus.** Lisboa, 1701. p. IX

³⁹ VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 19.

estudo das concepções de morte de forros, escravos e livres, categorias sociais em destaque.

Qualquer que seja o tipo de sociedade, ao longo da vida boa parte dos sujeitos passam por etapas (passagens), tais como: nascimento, casamento e morte; em cada uma delas há cerimônias que marcam essa transição. Van Gennep, ao estudar os ritos de passagem, os classificou em três: Ritos de separação (*preliminar*), ritos de margem (*liminar*) e ritos de agregação (*pós-liminar*). Os cerimoniais que envolvem os funerais estão incluídos dentro dos ritos de separação, o afastamento do moribundo do mundo dos vivos. Assim, os últimos sacramentos, a preparação do cadáver, a queima dos utensílios, as lavagens, os ritos de purificação, o cemitério, o luto, dentre outros tabus, podem ser classificados como ritos de separação. Os ritos de margem caracterizam-se pela estadia do cadáver dentro da casa. Por fim, a extrema-unção, o sepultamento do cadáver e a dança aos mortos abarcam os ritos de agregação, ou incorporação do defunto no além.⁴⁰

Independente das diferenças entre religiões católicas, protestantes ou africanas, todas tinham algo em comum: a crença no além mundo e a ênfase nos preparativos para uma boa morte (seja de longa ou curta duração). Morrer bem era estar preparado e cumprir todos os rituais para a garantia de uma passagem para o outro mundo com segurança. Aqui analisaremos a concepção de morte católica cristã ocidental e a africana (centro-sul).

1-Espectro da morte católica romana; o bem morrer.

1.1- “Purgatório”, “Juízo final” e “Inferno”

Com a Reforma Tridentina as atitudes diante da morte passaram a fazer parte de um programa combativo ao perigo herético, monopolizou a questão dos sepultamentos, a intercessão pelos mortos e introduziu noções como: “Purgatório”, “Juízo final” e “Inferno”, gerando temor perante a morte. A elaboração de uma pedagogia do medo utilizou como métodos principalmente imagens, livrinhos e sermões.⁴¹

⁴⁰ GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978. p. 126-140

⁴¹ RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além: secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 39.

O medo de um destino incerto para a alma envolve a mentalidade dessa sociedade, o que estimulou a existência de uma liturgia católica tendo por objetivo o ensinamento dos procedimentos a serem tomados para o *bem morrer*.⁴² Cláudia Rodrigues afirma que uma liturgia (literatura e imagens) foi criada pelo catolicismo para inculcar nos indivíduos a importância de uma boa morte.⁴³ A epígrafe acima faz parte de um livro escrito pelo padre Antonio Maria Bonucci, dedicado ao capitão Bento Pereira Ferraz, no início do século XVIII. Pertencente a tal liturgia seu objetivo foi o ensino da arte do bem morrer a todos os cristãos, especificamente aos moradores da Bahia, para que evitem o mal eterno (Inferno).

Em que consistiria tais idéias? Segundo Jacques Le Goff, o purgatório surge na crença cristã ocidental entre os séculos XII e XIII, a geografia do além, de binária, transforma-se em ternária (Inferno- Purgatório- Paraíso). O Purgatório é um lugar intermédio onde os mortos sofrem provações para se purificarem de seus pecados, uma delas em forma de fogo e de gelo.⁴⁴ De quatro passam para três as categorias dos pecadores: os inteiramente bons (seguem para o céu), os inteiramente maus (seguem para o inferno) e os medianos (homens que não são inteiramente bons nem inteiramente maus); estes vão para o purgatório, pois possuem pecados veniais, perdoáveis. Os sufrágios realizados pelos vivos podem abreviar a permanência das almas na purgação ou libertá-las. A oração, o jejum, a esmola e sacramento do altar (missa) são os quatro tipos de sacramento, dos quais só são beneficiados os mortos que estão no purgatório sofrendo os respectivos castigos.⁴⁵ A criação do Purgatório também foi uma luta anti-herética, uma resposta a novas estruturas que foram postas a cristandade; contra os hereges, protestantes e gregos. Uma cristianização de práticas pagãs.⁴⁶

As orações, sufrágios, a prática da eucaristia pelos religiosos, sua suposta intervenção a favor das almas, o sepultamento dentro de seus templos, todos esses elementos asseguraram a Igreja o domínio sobre os vivos, expandindo seu poder em uma sociedade que sofre constantes transformações, inclusive a contestação de seus dogmas pelos protestantes. “Através da morte e dos seus mortos os vivos aumentam seu poder nesse mundo, os sufrágios passam a ser um empreendimento cada vez mais

⁴² RODRIGUES, Cláudia. op.cit., 2005. Página 59.

⁴³ RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além: secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 39 – 63.

⁴⁴ LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 18-21

⁴⁵ LE GOFF, op.cit.1995., p.251- 269.

⁴⁶ RODRIGUES, Cláudia. Apropriações da morte católica por africanos e seus descendentes no Rio de Janeiro setecentista. In: **Caderno de Ciências Humanas**. Especiaria/ Universidade Estadual de Santa Cruz. Vol. 10. n. 18 (jul. – dez. 2007). Ilhéus: Editus, 2009. Página 444.

ativo.”⁴⁷ A nova configuração do mundo dos mortos avaliza a Igreja Católica o poder sobre seus fiéis.

Receosos de seus destinos no além e comiserados das almas de familiares que poderiam estar no Purgatório, muitos fregueses da Piedade do Iguassú deram esmolas, dízimos e pagaram missas, com isso muitos clérigos constituíram patrimônios e bens. Alguns religiosos tinham apenas tais medidas como fonte de renda.

O Juízo final é um dos principais temores dos cristãos, quando o Pai, ao lado do Filho irá julgar toda a humanidade; assim está descrito o dia do juízo em um trecho da Bíblia, livro de fé e prática dos cristãos: *“E vi os mortos, grandes e pequenos, que estavam diante do trono, e abriram-se os livros. E abriu-se outro livro, que é o da vida. E os mortos foram julgados pelas coisas que estavam escritas nos livros, segundo as suas obras.”*⁴⁸ Assim, todos prestariam contas no tribunal divino, todos seriam julgados segundo suas ações, nada poderia ser encoberto: *“muito puros, & perspicazes os olhos do juiz, que depois de nossa morte não de examinar os mais profundos segredos de nosso coração.”*⁴⁹

Na concepção dos dogmas católicos, o Inferno é destinado aos homens que morrem sem expiarem seus pecados e pedirem perdão por suas faltas,⁵⁰ o que leva à preocupação com os ritos que devem ser realizados para um cristão morrer justamente, como adiante veremos. O Inferno seria um lugar de fogo, prantos e gemidos; a condenação é a dor eterna. Na parábola do rico e Lázaro, ao morrer o homem rico parte diretamente para o Hades (inferno), e Lázaro para o seio de Abraão (céu); nesta passagem fica evidente a caracterização do Hades como lugar quente, de chamas e tormento. Um grande abismo separaria o céu e o inferno, sendo intransponível a passagem entre ambos.⁵¹

Analisar as passagens bíblicas enfatizadas pelos clérigos em seus sermões e admoestações é um passo importante para compreensão do medo de tais indivíduos. As descrições do “Purgatório”, “Inferno” e o “Dia do Juízo Final” eram mais atemorizantes quando o fim estava próximo, não é sem irrelevância que, dentro do possível, todas as medidas para o bem morrer eram realizadas justamente nesses momentos.

⁴⁷ LE GOFF. op. cit., 1995. p. 275.

⁴⁸ **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995. p. 1225. (Apocalipse 20:12). ALMEIDA, João Ferreira de (trad.).

⁴⁹ BONUCCI. op. cit., 1701. Página XII.

⁵⁰ *“E aquele que não foi achado escrito no livro da vida foi lançado no lago de fogo.”* ALMEIDA, op.cit.p, 1995. p.1225. (Apocalipse 20:15)

⁵¹ Ver. **Bíblia Sagrada**. op.cit., 1995.p. 1022-1023. (Lucas 16:19-31)

1.2- Práticas do bem morrer.

Podemos classificar a concepção de morte do período abordado como “morte domada”, que para o autor Philippe Áries é a morte aceita, próxima, familiar, onde ocorria uma cerimônia pública e organizada; ela sempre se fazia anunciar, sendo natural o moribundo perceber os sinais que prenunciavam sua partida. Do século XV até os fins do século XVIII houve uma lenta aproximação entre vivos e mortos com a penetração dos cemitérios nas cidades, vilas ou casas, com os sepultamentos dentro das igrejas e no adro. Os mortos não fazem mais medo aos vivos.⁵²

Quando a morte ocorria de forma repentina ou clandestina, ou seja, sem testemunhas, era considerado um fato infamante e vergonhoso.⁵³ Nos óbitos aparecem as seguintes mortes classificadas como infames: “[um índio que morrera de] *uma desgraça de uns cachorros; achado morto de porretadas e facadas sem saber por quem dentro de uma venda no caminho da marambaia; se achou morto na estrada que vai para a cidade; embriagado e afogado; subitamente; afogado no mar; da desgraça de um raio; por desastre de cair um pau no mato; assassinado cruelmente pelos escravos [era feito]*].

A morte repentina é o oposto da arte do bem morrer, segundo Cláudia Rodrigues, a “boa morte” ocorria quando havia a feitura do *testamento*, a *realização dos sacramentos* e o *ingresso em uma irmandade*⁵⁴. Outro elemento diferenciador poderá ser acrescentado, a mortalha, pano que envolve o corpo do cadáver. Para o verdadeiro cristão estar bem aparelhado para a hora derradeira, segundo Bonucci, três meios devem ser realizados: a oração, os sacramentos e o estudo da lição espiritual e meditação dos novíssimos.⁵⁵

Sobre a realização dos testamentos, torna-se um instrumento fundamental para expressar arrependimento e dispor dos bens para os respectivos herdeiros. Áries salienta duas finalidades para os testamentos: a) passaporte para o céu, meio de salvação; b) salvo conduto na terra para desfrute dos bens adquiridos na terra, podendo reverter alguns em prêmio espiritual: esmolas, missas e preces. Aceitar a morte e estar contíguo

⁵² ÀRIES, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. p. 34-35

⁵³ ÀRIES, Philippe. op. cit. 1981. p. 9-12.

⁵⁴ RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997. p. 150; 151.

⁵⁵ BONUCCI. op.cit, 1701.p. 39.

aos lugares dos mortos não significavam uma despreocupação com os bens possuídos e os familiares e amigos deixados, eram as faces da mesma moeda. Por isso, por meio desse documento foi possível associar as riquezas à obra pessoal de salvação.⁵⁶ O autor observa tais elementos pela análise dos testamentos na sociedade francesa da Idade Média até o século XVIII. Em nossa pesquisa, com o exame dos testamentos da Freguesia de Piedade do Iguassú, nota-se igualmente a manifestação desses fatores.

Em geral, os testamentos seguem um modelo, como exemplifica o de Custódio Pires Ribeiro, falecido no ano de 1787, sepultado na cova da irmandade do Rosário e amortalhado no hábito de São Francisco.⁵⁷ Na primeira parte reconhece-se a Trindade, identifica-se o testador, o documento é datado, confirma-se o perfeito estado de saúde mental e, por fim, expressa-se o temor pela morte:

“Em nome da Santíssima Trindade Padre, Filho, e Espírito Santo, três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro. Saibam quantos este instrumento virem, como no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e oitenta aos trinta e um dias do mês de julho do dito ano estando de pé com saúde em meu perfeito juízo, e temendo-me da morte, que é natural a todos, e desejando por minha alma no caminho da salvação, por não saber o que Deus de mim queira saber digo fazer, e quando será servido de me levar para si eu Custodio Pires Ribeiro faço este testamento na forma seguinte:”[grifos são meus].

No segundo momento encomenda sua alma, como é uma viagem incerta, faz se imprescindível um pedido, um apelo à misericórdia divina para que sua alma seja recebida no paraíso:

“Primeiramente encomendo a minha alma a Santíssima Trindade e ao anjo da minha guarda e ao santo do meu nome que a criou e rogo ao Padre eterno pela morte, e paixão de seu Unigênito filho a queira receber como a sua, estando para morrer na árvore da cruz, e a meu Senhor Jesus Christo peço pelas suas divinas chagas que já que nesta vida me faz [ilegível] dar precioso sangue e merecimentos de seus trabalhos, me faço também mercê na vida que espero, me dar o premio de sua gloria”

Em seguida os testamenteiros (os responsáveis pelo cumprimento das cláusulas testamentárias) são nomeados; logo após, dispõe-se sobre as últimas vontades quanto a

⁵⁶ ÀRIES, Philippe. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. Páginas 115

⁵⁷ Livro de Óbitos de livres e forros (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú 1777-1798). f. 57.



realização do funeral, define-se a mortalha, a cova, o número de missas, tudo que irá envolver o cerimonial, incluindo as seguintes disposições testamentárias:

Declaro que meu corpo será conduzido em uma rede para a igreja de minha Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú e sepultado em uma das covas de minha Irmandade de Nossa Senhora do Rosário amortalhado no hábito de Seráfico Padre São Francisco encomendado pelo meu Reverendo Pároco, como é costume na Freguesia _____

Declaro que no dia do meu falecimento, vá alias no dia seguinte meu testamenteiro mandará dizer seis missas pela minha alma de corpo presente e se dará a esmola, que se costuma dar naquela Freguesia, e ao depois mandará dizer mais duzentas missas pela minha alma nas Igrejas desta cidade, e serão ditas primeiramente com na minha Freguesia e as mais a eleição do meu testamenteiro _____

Após as disposições, declara-se a naturalidade, todos os bens que se tem posse, as dívidas ativas e passivas, legados, dotes e processos que se encontrem em aberto. São distribuídas esmolas, alforrias, algumas vezes partilham-se os bens. Determinados testamentos têm, após seu término, a translação da aprovação, ou um codicilo. Abaixo, trasladamos a declaração dos bens:

“Declaro que os bens que possuo são nove escravos, a saber Mariana mina, Maria Angola, Tereza Angola, Tereza crioula, Pedro Angola, João Angola, Caetano Angola, Jose crioulo, Jose Benguela, e assim mais as benfeitorias de um sitio onde aceito em terras aforadas aos religiosos de São Bento _____

Declaro que não me lembra que deva nada a pessoa alguma, porém caso apareça alguma pessoa de verdade, e consciência, que mostre em requisitos necessários que eu lhe sou devedor de algum dinheiro, ou de outra qualquer coisa, meu testamenteiro, lhe pagará _____.”

O forte caráter religioso está intrinsecamente ligado à preocupação com os legados deixados; assim, os testamentos exprimem, além do medo da morte, o apego pela vida e aos bens que serão deixados na terra.

Apresentar um modelo seguido pelos testadores não exclui o caráter qualitativo e a riqueza desse instrumento como reveladores da mentalidade sobre a morte. Ao contrário, facilita a pesquisa e o rastreamento de determinados elementos.

Os sacramentos constituem o segundo elemento da arte do bem morrer, pois um bom cristão durante a sua vida deve realizar os sete sacramentos: batismo, confirmação, eucaristia, penitência, extrema-unção, ordem e matrimônio. Na maioria das vezes, somente na hora derradeira, quando a doença já tomara conta do moribundo, acionava-

se o padre para realizar os últimos ritos católicos. Cláudia Rodrigues ordenou-os da seguinte maneira: penitência (confissão e pedido de perdão pelos pecados), eucaristia (comunhão com o corpo de cristo já ressuscitado) e extrema-unção (tentativa de eliminação de toda a presença maligna, último ato cristão antes do fim do ciclo da vida).⁵⁸

A referência encontrada sobre os sacramentos, dentro da liturgia que apregoa a boa morte, afirma que a freqüência principalmente da eucaristia e penitência tornam-se importantes para a purgação da alma e a prevenção de se “cair em novas culpas” ou “cair em muitas ofensas contra a santa lei”. Utiliza-se a imagem do juízo final (presença do indivíduo frente ao juiz, que tudo sabe e tudo vê) para ratificar a importância de tais ritos durante toda a vida Cristã, não somente nos últimos momentos, como se costuma fazer; mas cotidianamente, conforme citado acima.⁵⁹ Assim, Antonio Bonucci afirma: “o verdadeiro aparelho para morte é o já estar preparado na vida. O aparelho que se faz nos últimos períodos da vida, não é aparelho, é embaraço, é confusão.” A preparação para morte deve ser constante, pois nenhuma pessoa sabe o dia do fim de sua vida.

As irmandades faziam parte da preocupação com a morte antes do agravamento da doença, ou dos prenúncios da morte. Por meio das associações em irmandades observa-se a preocupação das pessoas com o *bem morrer* no dia-a-dia. Na França, surgem no século XIV como associações de leigos para ajudar os padres e monges no culto dos mortos; dedicavam-se a obras de misericórdia para com aqueles que não tinham onde ser enterrados, com o passar do tempo tornam-se instituições da morte, cujas principais motivações são: segurança para o além, o defunto tem as orações pela sua alma garantida pelos confrades da irmandade; assistência aos pobres; por fim assegura o culto das pompas fúnebres.⁶⁰ Em Portugal tais confrarias existem desde o século XIII. Com a formação de um Império ultramarino, estas instituições foram trasladadas para as colônias sofrendo modificações a partir do encontro de novos elementos, tais como a escravidão moderna e práticas “pagãs”⁶¹.

⁵⁸ RODRIGUES. op.cit., 1997.p. 176-177.

⁵⁹ BONUCCI. op.cit., 701. p. XIII; 46-47

⁶⁰ ÀRIES.op.cit., 1981. p.195-198.

⁶¹ Sobre escravidão moderna ver MATTOS, Hebe Mara. *A escravidão moderna nos quadros do Império português: O antigo Regime em perspectiva atlântica*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Na colônia portuguesa, as irmandades eram associações corporativas fundadas em hierarquias sociais, não políticas, havia formalmente, irmandades de brancos, pardos e negros. Além disso, serviam como veículo transmissor do catolicismo popular, tendo como principal objetivo o fornecimento de um funeral digno a seus associados.⁶² Na hora do sepultamento de um irmão da confraria, o cortejo reproduzia a sociedade de Antigo Regime por meio dos reis, rainhas, princesas e outros personagens dramatizados pelos irmãos.⁶³

Para Russell-Wood, as irmandades representaram para as pessoas de cor uma proteção contra uma sociedade competitiva e dominada pelos brancos, fossem escravos ou libertos. Discute a possibilidade de tais instituições resguardarem alianças tribais, danças, músicas, religião ou costumes das culturas africanas. Ao mesmo tempo, tornam-se uma resposta a negligência sofrida por pessoas de cor no Brasil colonial.⁶⁴ Todavia, não havia interdições intransponíveis, salvo em certas irmandades de elite. Guardiões de tradições culturais ou não é inegável o papel social que exerceram, principalmente para com escravos e libertos, sobretudo na realização de sepultamentos.

De certo, para pessoas de parcas condições, de qualquer cor ou condição jurídica, ser irmão em uma confraria era a garantia de uma cova, o que era importante, pois morrer sem sepultura ou enterro constituía “virar alma penada”.⁶⁵

1.3- A morte como “espetáculo”

Durante os séculos XV e XVI surge uma nova iconografia, *artes moriendi* a qual também faz parte da literatura do bem morrer.⁶⁶ Nela a morte era um espetáculo, pois além de ser uma cerimônia pública, em que os vivos se despediam e lamentavam a partida do defunto, seres sobrenaturais vistos somente pelo enfermo encamado, travavam uma terrível luta em prol do destino da mais nova alma. Nesta arte o juízo final não se daria com a “segunda volta” de Deus na terra para julgar os homens, mas no quarto do enfermo. Agora partiremos para a descrição do roteiro e dos personagens.

Já foi dito que a morte solitária é repugnante, portanto morrer próximo aos familiares e efetuar todos os procedimentos da boa morte era o ideal do cristão.

⁶² REIS, João José. **A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do séc. XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Páginas 49 e 50.

⁶³ REIS, op.cit., 1991.p. 48-72

⁶⁴ RUSSELL-WOOD, A. J. R, op. Cit. 2005. Páginas 189-231

⁶⁵ REIS. op.cit., 1991. p. 171.

⁶⁶ ÀRIES.op.cit., 2003. p. 50-52.

Geralmente, morria-se dentro de casa, especificamente no quarto em cima da cama; o leito era o lugar de morte. Esse momento foi retratado nas *artes moriendi* como a “reunião dos últimos tempos”, posto que pela última vez decidia-se o destino do moribundo. Na cabeceira do jacente travava-se uma luta em que de um lado estava a corte celestial: A trindade, Virgem Maria e demais santos e anjos; do outro lado: Satanás e seu exército de demônios. (O bem *versus* o mal).

Ilustração 1- Gravura do livro *Ars Moriendi* no final do século XVII- Tentação na convicção.



Após o último suspiro do moribundo, começava a realização das exéquias, compostas de quatro partes: primeiramente, o luto, a manifestação da dor; em seguida, a repetição da absolvição dita perante o moribundo; logo após era formado o cortejo, onde

o corpo era envolvido em um lençol ou mortalha, deitado no esquife⁶⁷ e acompanhado até o local de sepultamento; por último ocorre o enterro propriamente dito⁶⁸.

Na maioria das vezes, enquanto uma figura masculina tomava as providências para a realização do sepultamento, as mulheres ornavam a casa e preparavam o defunto para o velório, cortavam-se as unhas, dava-se banho, faziam a barba, para garantir que a alma não ficasse penando, afirma João José Reis. Mandar dobrar os sinos da paróquia, rezar uma missa de notícia, distribuir cartas-convites ou estender um pano preto (adulto casado), lilás e preto (adulto solteiro), branco ou azul e dourado (criança) ou distribuir convites de enterro constituíram outras formas de anunciar a morte.⁶⁹ O viajante norte-americano Thomas Ewbank, em estadia no Rio de Janeiro em meados do século XIX, menciona a existência de uma dessas cartas convites:

“J. recebeu um convite para assistir aos funerais da condessa J. às 6 horas da tarde. Nas orlas da carta viam-se símbolos de morte e no centro, uma urna amortalhada sob a qual aparecia a versão lusitana do universal adágio de Horácio:

‘Entra com passo igual pelas ufanas Casas dos reis, e míseras choupanas’.”⁷⁰

Durante os velórios muitas velas eram utilizadas, talvez para iluminar o caminho da alma até o seu destino, amigos, vizinhos e parentes despediam-se do morto, nas famílias mais abastadas carpideiras eram contratadas para chorarem no velório, incumbidas do primeiro anúncio do luto, o qual é o aviso da partida do doente.

Van Gennep afirma que quanto maior o grau de parentesco com o defunto maior será a duração do luto, maior será o tempo de envolvimento entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos, do qual só saem com os ritos apropriados.⁷¹ Na sociedade colonial da América portuguesa, normalmente os que ficam o maior tempo enlutado são as viúvas ou viúvos, alguns usavam durante certo tempo roupas pretas para expressar seu estado de viuvez.

“Se a morte era domada o luto era selvagem”⁷², escreve Áries. Segundo Gilberto Freire cenas de desespero, choro constante, gestos de dor e lamentações foram comuns nos velórios da sociedade patriarcal: “Os enterros faziam-se à noite, com

⁶⁷ Leito desmontável para o transporte de cadáveres.

⁶⁸ ÀRIES. op.cit., 2003. p. 107-109.

⁶⁹ REIS. op.cit., 1991.p. 114- 129

⁷⁰ Disponível em: <http://www.jangadabrasil.com.br/novembro15/fe15110c.htm>

⁷¹ GENNEP.op.cit., 1978. p.127.

⁷² ÀRIES.op.cit., 1981.p. 153.

*grandes gastos de cera; com muita cantoria dos padres em latim; muito choro das senhoras e dos negros. Que estes ficavam sem saber que novo senhor a sorte lhes reservava; e choravam não só com saudades do senhor velho, como pela incerteza de seu próprio destino.”*⁷³. Destarte, o luto possui diversos significados, dentre eles: expressa prestígio social, mostra dor, defesa da família enlutada do retorno do defunto.

Findo o velório, do espaço doméstico segue-se em direção à igreja onde o corpo será sepultado; para transportá-lo forma-se o cortejo que o acompanhará até o último momento. Para tanto o defunto é envolvido em um pano, mortalha ou lençol, depois era colocado em esquife ou rede. Em visita ao Rio de Janeiro no início do XIX, Jean Baptiste Debret presenciou vários sepultamentos, sendo valiosa a contribuição de suas pinturas sobre os elementos que envolvem essas cerimônias. Uma delas retrata os vários tipos de mortalha e caixões utilizados à época colonial:

Ao observar a ilustração 3, tem-se que no componente 5, à esquerda, um homem está em um caixão, amortalhado no hábito de Santo Antônio e descalço, à imitação do santo busca demonstrar humildade; a mulher à direita, elemento 6, está envolta no hábito de Santa Tereza, com o crucifixo às mãos expressa uma vida em busca da santidade; o componente 4, jaz uma mulher vestida de santa em um caixão sem tampa; abaixo dois corpos totalmente envoltos sem o uso do caixão, provavelmente os mais pobres se valiam desse meio.⁷⁴

Ilustração 3- Caixões no século XIX

⁷³ FREIRE, Gilberto. **Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 20^a.ed. Rio de Janeiro/ Brasília: Livraria José Olympio Editora/ INL-MEC, 1980. p. 438.

⁷⁴ RODRIGUES, Cláudia. **A cidade e a morte: a febre amarela e seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849-50)**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701999000200003&script=sci_arttext.



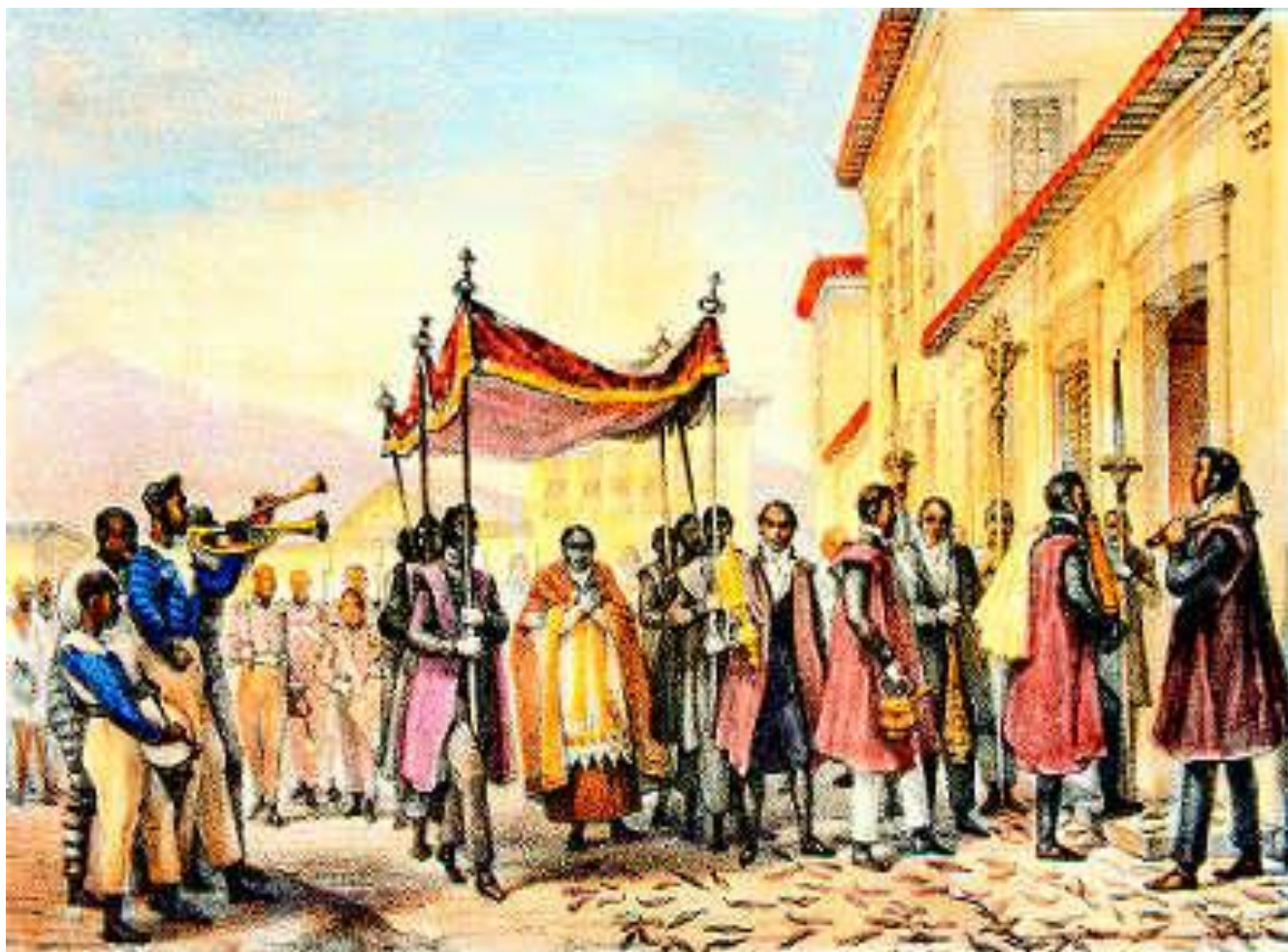
Sobre os caixões, Ewbank, em *A vida no Brasil; ou Diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras*, faz a seguinte descrição:

“Os caixões para casados são invariavelmente pretos, mas nunca para os jovens; para estes são vermelhos, escarlates ou azuis. Os padres são sepultados ou levados até o túmulo em caixões com uma grande cruz pintada, o que não é permitido aos leigos. Na verdade, poucas pessoas, ricas ou pobres, são realmente enterradas em caixões, cuja principal utilidade é levar os cadáveres até o cemitério, depois do que são devolvidos com os demais aparatos ao agente funerário.”⁷⁵

Expressão da condição social, o cortejo era formado por párocos, familiares, vizinhos, amigos, as carpideiras e pobres; quanto maior o número de pessoas que participassem, mais prestígio possuía o defunto. Esmolas eram dadas aos pobres para comparecerem no sepultamento, aos párocos pagavam-se as taxas devidas e músicos negros eram contratados para tocarem durante a cerimônia.

⁷⁵ Disponível em: <http://www.jangadabrasil.com.br/novembro15/fe15110c.htm>

Ilustração 2- Sepultamento no Rio de Janeiro, século XIX.



Sobre o cortejo da ilustração, nota-se a seguinte ordem: à frente homens tocavam campainhas anunciando a passagem do cadáver e outros seguravam o incenso; logo após o pároco certamente recitando orações juntamente com o cadáver sendo levado em esquife por seus confrades; adiante os familiares lamentosos da partida do ente querido; músicos tocavam enquanto o cortejo adentrava a igreja. Provavelmente, este préstito ilustrado por Debret, em *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, foi promovido por uma família abastada e do ângulo que fora retratado não compreendeu outras figuras sempre presentes nesses eventos, tais como carpideiras e mendicantes.

O fim de todo esse cerimonial era o sepultamento do cadáver. O local de sua cova poderia ser dentro da igreja, em uma das covas de irmandades, no cemitério ou em uma vala comum, dependendo da condição sócio-econômica.

2-Espectro da morte por africanos.

Abordar sobre as concepções de morte dos cativos africanos torna-se uma difícil empreitada, pois as fontes disponíveis são um olhar de outros sobre o modo de expressarem sua religião. Até que ponto a religião oficial foi aceita como prática de fé, mais do que simples imposição? Que tipos de modificações sofreram suas crenças ao encontro de outras culturas religiosas na América lusitana? Em que isso interfere nos ritos diante da morte? Questões fundamentais neste tipo de análise, as quais devido a sua complexidade correm o risco de não serem totalmente respondidas.

Pinturas, pastorais, análise de pontos fulcrais da religião centro-sul africana guiarão a análise sobre o além-mundo africano e as práticas fúnebres.

2.1- A travessia.

Ressalvar a pluralidade do termo **religiões africanas**, significa compreender que há diversas crenças e práticas em diferentes grupos de procedência. Deste modo, identificar esses grupos advindos do tráfico atlântico é essencial para a análise de tais concepções. Desde os fins do XVII até meados do XIX a maior parte dos escravos da região centro-sul do Brasil foram comercializados com a região Central e Contra Costa africana, das quais pertencem ao grupo lingüístico *bantu*.⁷⁶

Resguardadas as diferenças há pontos em comum nas religiões *bantu*. Baseado em estudo de africanistas, Márcio Soares afirma que nesses grupos o bem e o mal não eram forças polarizadas porque a ausência do mal é possível e este é o estado natural das coisas. A saúde, felicidade, riqueza, poder, são valores positivos pertencentes a essa naturalidade. O Ser Supremo, o criador de todas as coisas reina distante, mas com amabilidade para com o universo. No espaço entre os vivos e os mortos encontram-se os ancestrais e espíritos, dos quais possuem boas intenções. O mau é causado por forças malévolas (que fogem à ordem natural) e por sentimentos malignos de outras pessoas. Tudo o que é negativo na vida, como a morte, a doença e a miséria são frutos de feitiçaria. O “complexo ventura-desventura” é o núcleo comum destas religiões, “todo o conjunto de rituais e símbolos das religiões da África Central visam a maximização da

⁷⁶ RODRIGUES.op.cit., 1997.p.156. e SOARES, Márcio de Souza. **A doença e a cura: saberes médicos e cultura popular na corte imperial**. 1999. 406 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999. p. 186. SLENES, Robert. Malungo, ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil. In: **Revista USP**, n.12, 1991-1992. p. 53-65

ventura e, conseqüentemente, a prevenção contra a desventura”⁷⁷. Deste modo ídolos e talismãs são fundamentais neste âmbito religioso, pois afastam a desventura, a feitiçaria, a morte, e sustentam a ventura.

A morte não significava o aniquilamento, pois as formas de vida sofrem mudanças e integram o movimento ininterrupto do universo. A *kalunga*, representada pelas águas do mar, separa o mundo dos mortos e dos vivos; para quem está no mundo dos vivos, atravessá-lo significaria ‘morrer’, e a travessia, no sentido inverso, ‘renascer’. A morte aos negros saídos da África, forçados pelo sistema escravagista, significava atravessar a *kalunga*, numa longa viagem ao encontro de seus ancestrais, tornar-se-iam espíritos que poderiam ajudar aos vivos.⁷⁸

Na Freguesia de Piedade do Iguassú a maior parte dos cativos procedia da região central do continente africano (capítulo 1); por isso, é possível que as concepções descritas acima fizeram parte das crenças de escravos desta localidade. Certamente a influência da cultura indígena e portuguesa, a longa viagem entre os dois continentes e as proibições de sua expressão religiosa influenciou e em certo sentido modificou práticas e costumes destes grupos. Porém, as autoridades eclesiásticas oficiais não conseguiram extirpar de todos os cativos e seus descendentes o exercício de sua cultura religiosa. Muitos se submetiam aos ritos católicos e paralelamente continuaram a crer e praticar o culto a seus ancestrais. Outros movidos por uma verdadeira conversão seguiram aos preceitos da religião oficial.

Em meio aos registros do Livro de Óbitos de livres, forros e escravos (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú 1723-1769) foi trasladada uma pastoral, datada de trinta e um de abril de mil setecentos e quarenta e sete (31/04/1747) e escrita pelo Bispo do Rio de Janeiro Dom Antonio do Desterro. Com o objetivo de levar às ordens do bispo aos padres de todas as paróquias, inclusive as rurais, a pastoral enviada da Sé chega às mãos do pároco da Freguesia de Piedade: Inácio Rodrigues de Figueiredo. O assunto principal é a proibição de ajuntamentos, festejos e batuques ilícitos que se fazem. Segundo o Bispo tem sido realizado:

“ajuntamentos de pessoas de hum, e outro sexo com pretexto de se festejar a M^a Santíssima ou outra alguma Imagens ornando p^a isso altares com musicas, e instrumentos, e outra pompa, e que depois destas açoens se

⁷⁷ SOARES. op.cit.,1999. p. 186-188

⁷⁸ SOARES. op.cit.,1999. p. 189 e SLENES. op.cit.,1991-1992. p. 53-54.

empregavam as ditas pessoas de hum, e outro sexo em Bailes, Bataques, saraos, e outros divertimentos totalmente alheios do louvor de Deus sua Mãe Smm^a concorrendo muita gente sendo isto ocasiam de escândalo parecendo estes obséquios com o que os gentios faziam a seus falços Deuses misturados de ações indecentes, e escandalosos, e querendo nos por rasam de N. Pastoral officio seguir em tudo o bom regimento”⁷⁹

Esse trecho corrobora a afirmação de que foram exercidos ritos religiosos além do católico. Eis algumas conjecturas que podem ser realizadas. Em primeiro lugar, aos olhos da autoridade eclesiástica os festejos realizados por alguns ajuntamentos de pessoas (penso que de diversos grupos sociais), em nome das divindades católicas, não passavam de um pretexto para realizarem outras ações semelhantes ao culto de falsos deuses. O que é chamado de escandaloso e indecente pelo autor, seguramente eram expressões das culturas religiosas africanas (e indígena); as músicas, os instrumentos, os batuques e bailes depois dos festejos apontam para essa direção. Fazia parte da tradição centro-africana, segundo Soares: *“obter um talismã poderoso e colocá-lo num santuário, observar tabus, praticar ritos de purificação, orar, fazer oferendas e sacrifícios, além de se comunicarem com os espíritos em sonhos ou através de transe provocado pelas músicas e danças.”* Para o autor os batuques consistiam em “ajuntamento” de negros para danças e cantorias, com tambores, coro e dança de círculo, estando relacionados ao culto dos antepassados.

A cerimônia fúnebre africana era marcada pelo uso de palmas, danças e tambores. Debret retrata a inumação de uma negra moçambicana, o cortejo é composto de mulheres, a presença da figura masculina se dá apenas por dois carregadores, um mestre de cerimônia e um tocador de tambor; a rede que transporta o cadáver expressa módicas condições sociais da jacente; os clamores mágicos e cantos fúnebres feminino conclamavam a participação dos seus compatriotas ao enterro, as palmas também faziam parte da cena. Quando o funeral era de pessoas que não possuíam condições de realizar a cerimônia fúnebre:

“os parentes e os amigos aproveitam a manhã para transportar o corpo numa rede e depositá-la no chão junto ao muro de uma igreja ou perto da porta de uma venda. Aí, uma ou duas mulheres conservam acesa uma pequena vela junto à rede funerária e recolhem dos passantes caridosos módicas esmolos para completar a importância necessária às despesas de

⁷⁹ Livro de Óbitos de livres, forros e escravos (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú 1723-1769). Não está numerada.

sepultura na igreja ou mais economicamente na Santa Casa de Misericórdia”
80



Também Roger Batisde destacou a importância dos rituais de separação nos enterros africanos, onde a alma do falecido realizar a travessia até o mundo dos ancestrais. Desta maneira ao prestar o devido culto aos mortos, estes não se vingariam com doenças ou pesadelos.⁸¹

2.2- Apropriações.

Quando o cativo africano se deparava com o catolicismo encontrava um universo de símbolos e ritos a serem praticados em prol do conforto espiritual, essa

⁸⁰ DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada, 1978. p.205.

⁸¹ BATISDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações**. São Paulo: Pioneira, 1989. p. 185.

multiplicidade de elementos religiosos era comum nas religiões africanas: entre os *bantus* os espíritos bons e maus eram representados em *iteques*, pedaços de madeira ou marfim esculpidos; o uso de talismãs, como protetores da desventura⁸². Assim a apropriação do culto aos santos, o uso do crucifixo se dão a favor da ventura. Destarte, é provável que africanos manipulassem os objetos sagrados e rituais católicos sem contradizer suas tradições de origem.⁸³

Neste momento estaremos analisando alguns meios utilizados para a conversão deste grupo e a apropriação desta fé por forros da Freguesia de Piedade do Iguassú.

Ao expor os atos “contrários aos bons costumes” que ocorriam na capitania, por meio da pastoral o Bispo Antonio do Desterro afirmou que sua prática deveria ser proibida e os párocos de cada freguesia, os responsáveis pelo impedimento de tais ajuntamentos, castigar-se-ia os que persistissem nesse exercício com a aplicação da excomunhão, expulsando o infiel da comunidade católica. Como forma de prevenção, o Bispo recomenda que o ofício fosse lido em todas as igrejas aos fiéis.

Assim, a forma de precaução utilizada pela igreja frente a esse tipo de atos “heréticos” era a busca da conversão do segmento de negros cativos, por meio do ensino dos dogmas católicos. Numa pastoral escrita pelo Bispo do Rio de Janeiro Dom Frei João da Cruz, o objetivo principal foi extirpar a corrupção dos costumes entre os párocos e dar-lhes diretrizes, inclusive a da propagação da fé: “*Hão de ensinar a Doutrina cristã ao menos por tempo de uma hora no que mais conveniente for, por si, ou por seus coadjutores tendo impedimento, ou por outro sacerdote idôneo admoestando aos pais de famílias para que a ela mandem os seus filhos, criados, e servos, escravos (...)*”⁸⁴ Dentre outras funções, párocos e religiosos eram o instrumento de Deus na terra para levar a mensagem de salvação a todos.

Muitas foram às orientações para a catequese do escravo. Uma delas é escrita por Monteiro da Vide, em 1720, a fim de ser reproduzido e entregue aos fregueses para instruírem seus cativos. Orientação para a confissão:

P- Para que é a Confissão?/ R - Para levar a alma dos pecados.

P- Quem faz a Confissão esconde pecados/ R - Não.

P- Quem esconde pecados para onde vai?/ R - Para o Inferno.

⁸² RAMOS, Artur. **As culturas negras no Novo Mundo**. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p.228

⁸³ SOARES. op.cit.,1999. p. 186- 196.

⁸⁴ Livro de Óbitos de livres, forros e escravos (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú 1723-1769). Não está numerada.

P- Quem faz pecados, há de tornar a fazer mais?/ R - Não.

P- Quem faz o pecado?/ R - Mata a alma.

P- A alma depois da Confissão torna a viver?/ R - Sim.

P- O teu coração há de tornar a fazer pecados?/ R - Não.

P- Por amor de quem? R - Por amor de Deus.⁸⁵

Na prática, muitas dessas medidas alcançaram, influenciaram concepções de africanos, os quais se apropriaram dos dogmas e exerceram a fé católica. Ao analisarmos testamentos de forros em Piedade do Iguassú, as alforrias, a esmola aos pobres, os pedidos de missas, o pedido de acompanhamento de párocos, observamos mais do que simples “simulação” de fé.

Maioria da presença feminina, 6 mulheres e 9 homens, os testamentos são compostos de setes pretos forros, um pardo natural de Benguela e um filho de uma crioula. Todos são possuidores de cativos, com uma média de dois escravos por testador. Manoel Gomes era o maior proprietário, com quatro escravos; 5 testadores vivem da lavoura de mandioca e o fabrico de farinha, utilizada como moeda de troca. Sobre sua procriação, os números são baixos, somente Jeronima Maria Lobo e Jose da Paixão declaram ter filhos, um para cada e ambos naturais.

Dos 9 forros que realizaram todos os sacramentos antes de morrer, 7 eram filiados a Irmandade do Rosário dos pretos, 2 dos quais foram amortalhados em mortalha de santos. Transparecem certo temor pela morte, principalmente ao especificarem o número de missas após o “último suspiro.” Rosa Maria da Silva pediu 20 missas de corpo presente e 12 pelas almas do purgatório. Maria Pimenta pediu 2 missas de corpo presente e 6 capelas de missa pela morte de seu filho.

Além desses aspectos, há de se ressaltar a declaração de dívidas passivas, que deviam ser pagas com o uso do monte mor pelos testamenteiros. Da mesma forma, pede-se a realização dos sacramentos, como a penitência e a confissão, expressando o medo de partir para o além com qualquer tipo de falha que acarretasse o castigo eterno.

Alguns se precaveram ao explicitar o seu cortejo fúnebre, Luis Cabral, enterrado em cova da Irmandade do Rosário em 1787, antes de falecer deixou escrito em seu testamento a seguinte ordenança: “levado no esquife da minha mesma irmandade, e acompanhado da mesma, e do Reverendo Pároco, capelão da mesma.” Deste modo, vemos que os elementos do bem morrer católico foram aceitos por africanos, ainda que apropriados de outra forma, não necessariamente antagônica.

⁸⁵ RODRIGUES. op.cit., 2009.p. 439-440.



Africanos e descendentes de sua cultura, cativos e forros, no século XVIII, na Freguesia de Piedade do Iguassú, exerceram em seu cotidiano, assim como na morte, os costumes da tradição africana e os do catolicismo. Longe de responder satisfatoriamente a questões tão complexas das interações culturais, apresentamos apenas a ponta do fio de apropriações e releituras de alguns gestos efetuados diante da morte.

CAPÍTULO III

Hierarquias Sociais

Resta-nos, doravante, através do estudo sobre a morte, analisar as hierarquias de uma sociedade de Antigo Regime e escravista, manifestas nos elementos que compõem a arte do *bem morrer*.

Em um estudo sobre as hierarquias no Antigo Regime nos trópicos, João Fragoso destaca aspectos, seria forjada nos vetores políticos e culturais, além dos econômicos, onde os grupos sociais se percebiam por suas *qualidades*; cabiam as pessoas de melhor qualidade cuidar do *bem comum da República*. No processo de formação e montagem da sociedade colonial fluminense famílias vindas de outras áreas americanas dispuseram seus bens, parentelas, escravos e demais recursos à serviço da Coroa para a ocupação da região. Em troca recebiam mercês reais como sesmarias e ofícios régios. Deste modo, a organização da sociedade não foi dirigida apenas por autoridades reinóis, mas também pelo que denomina como *conquistadores da terra*. Pertencer à elite não derivava da riqueza material, mas do pertencimento aos primeiros conquistadores, os quais dispuseram seus recursos a serviço do rei. Rastrear a elite da terra e a sua influência por meio do exercício de cargos régios foram as principais metas do trabalho do autor.⁸⁶ A partir de meados do século XVIII, com a ascensão dos

⁸⁶ FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. **Topoi**, Rio de Janeiro; n.5. jul.-dez. 2002. p. 41-70

comerciantes de grosso trato, a antiga nobreza da terra reconfigurou-se via casamento e compadrio com o grupo em ascensão.⁸⁷

Roberto Guedes ao abordar a mobilidade social de egressos do cativo em Porto Feliz no século XIX, afirma que uma sociedade de Antigo Regime com traços estamentais era “*profundamente hierarquizada, social e juridicamente, signos de deferência, acesso a cargos diversos, costumes, direitos, privilégios, honrarias, isenções fiscais, exclusivismos, etc. expressam, ao mesmo tempo em que definem, a posição dos grupos sociais*”, inclusive o significado das cores.⁸⁸

Para abordar as hierarquias sociais de Piedade do Iguassú, não serão analisadas benesses reais, mas os elementos das pompas fúnebres e os as informações provenientes dos testamentos que demonstram os privilégios e exclusivismos da sociedade estamental. O local de sepultamento, participação em irmandade, as mortalhas, as esmoladas deixadas, alforrias, os sufrágios, nos dão a pista para alcançarmos o objetivo.

1- Nos óbitos.

Começamos pelos locais de sepultamento. Por meio dos óbitos constatamos a existência dos seguintes locais de sepultamento na Freguesia de Piedade do Iguassú: cova da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, das Almas, de Nossa Senhora da Piedade, do Rosário, do Santíssimo Sacramento, a cova de fábrica, covas particulares (em geral capelas), as covas dentro da igreja, cemitério e convento.

De acordo com as visitas pastorais realizadas por Pizarro no ano de 1794, a freguesia possuía quatro irmandades: a da Padroeira (Nossa Senhora da Piedade do Iguassú), a de São Miguel, a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a de Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos, as quais possuíam a maior parte das sepulturas.

⁸⁷ FRAGOSO, João. Capitão Manoel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Fátima (orgs.). **Na trama das redes: Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 243-294. e SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Fátima (orgs.). **Na trama das redes: Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 459- 484.

⁸⁸ GUEDES, Roberto Ferreira. **Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850)**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008. Capítulo 2. p. 70

Àries, afirma que o termo capela tinha três sentidos: o altar onde eram realizadas as missas previstas, a fundação destinada ao padre que as celebrava e o de sepultura.⁸⁹ Em Iguassú há apenas uma capela na fazenda de Dona Luiza Maria de Jesus, ereta por faculdade do Bispo D. Fr. João da Cruz, a requerimento do R. Dr. Antonio da Mota Leite, então senhor da mesma Fazenda.⁹⁰ Na dita foram encontrados os seguintes sepultamentos: Guiomar, preta forra; Rita, criança; Josefa forra, por ser agregada da dita senhora; Paulo, preto forro; e Miguel criança. Pelos dados observamos que só os próximos a Dona Luiza Maria de Jesus foram enterrados na dita capela, tais como agregados e escravos, como é o caso de Rita, filha de Ana parda liberta solteira, ambas moradoras em terras de Dona Ana Luiza Maria de Jesus, ou seja, agregadas. No quadro 1, o que denominamos “Particular” são as capelas particulares, duas de outra freguesia. A maioria dos nela enterrados eram livres e escravos, mas a presença forra foi importante, não havia interdição jurídica.

Quadro 1- Local de sepultamentos de acordo com os grupos sociais.

Local de sepultamento	Livres		Forros		Escravos	
	*	(%)	*	(%)	*	(%)
Irmandade de Nossa Senhora da Conceição	13	1,8	4	3,8	0	0
Irmandade de Nossa Senhora das Almas	81	11,0	1	0,9	0	0
Irmandade de Nossa Senhora da Piedade	3	0,5	0	0	0	0
Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	40	5,4	27	25,6	018	9,2
Irmandade do Santíssimo Sacramento	100	13,5	0	0	0	0
Cova de Fábrica	337	45,5	29	27,5	26	13,4
Dentro da Igreja	26	3,5	2	1,9	1	0,5
Particular	6	0,8	3	2,8	5	2,5
No adro	14	1,8	1	0,9	122	63,1
Cemitério	66	8,9	34	32,0	0	0
Convento	3	0,5	0	0	0	0
Em outra freguesia ou capela	14	1,8	1	0,9	0	0

⁸⁹ ÀRIES. op.cit., 1981.p. 306

⁹⁰ ARAÚJO. op.cit., 2000. p. 53- 54

Vazia	38	5,0	4	3,7	22	11,3
Total	741	100,0	106	100,0	193	100,0

* Em números

Considerando a tabela, observa-se que a maioria dos sepultamentos dos livres foi realizada em cova de fábrica (cova da própria paróquia) (45,0% do total dos livres). Por sua vez, os forros tiveram um número maior de sepultamentos na Irmandade do Rosário (25,6% do total dos forros) e, por fim, grande parte dos escravos (63,0%) foi enterrada no adro da igreja. Em uma sociedade pré-industrial, onde a circulação monetária ainda era escassa e restrita, o grupo dos livres possuía maior pecúlio em mãos, podendo assim adquirir uma cova de fábrica. O autor Pizarro afirma que os valores pelas sepulturas são: 1\$280; 2\$reis e 4\$reis; conforme os seus lugares.⁹¹ Os forros, por sua vez, buscavam o amparo das irmandades para conseguir um local de sepultamento, já mencionamos o papel desta no auxílio aos preparativos fúnebres (cap. 2); infelizmente não temos o conhecimento da localização dos compromissos de tais irmandades, mas é sabido que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos volta-se para este grupo, sem estatutos de pureza de sangue ou cobrança de anuais exorbitantes. Ao contrário da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da qual só os livres participam, provavelmente havia medidas excludentes que geravam tal fato: pureza de sangue, altas taxas anuais. Por outro lado, não se pode descartar a idéia que os de ascendência escrava que tiveram significativo patamar de mobilidade social não tiveram sua cor registrada.

92

Os escravos, no entanto, de forma peculiar foram os mais sepultados no adro da igreja. Adro, segundo Bluteau: “*se entende cemitério, porque antigamente não se enterravão os Christãos nas igrejas, nem ao pé dos Altares, por respeito ao Corpo, & Sangue de Jesus Christo, que nos ditos lugares se Consagra; mas nos Adros das Igrejas, a saber na entrada, & adiante da porta principal dellas se abrirão as sepulturas.*”⁹³ De acordo com os dados, e com a definição de Bluteau, conjecturamos que o adro referido na fonte seria então um cemitério próximo da igreja (provavelmente atrás), cujas covas teriam um valor simbólico menor em relação ao das irmandades ou

⁹¹ ARAÚJO. op. cit., 1945. Página 60.

⁹² GUEDES. op. cit., 2008. capítulo 5. p. 239-314 e MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 109-139.

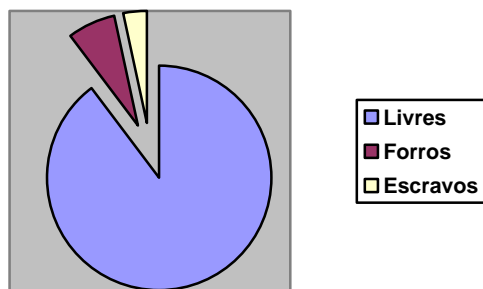
⁹³ Bluteau. op. cit., 1712- 1728. p 136.

de fábrica. De igual maneira, não era vedado aos escravos o enterro cristão. Isto significa que nem todos os senhores desandavam do além-túmulo de seus cativos, bem como a possibilidade de apropriação por parte dos escravos, em sua maioria africanos.⁹⁴

Àries demonstra que os sepultamentos dos antigos (até o século VI) não eram realizados dentro da igreja ou no seu adro, pois temiam o regresso dos mortos, além de serem considerados impuros, podendo acarretar a poluição dos vivos. Mas, a partir do século VII há uma mudança de atitudes, já que a indiferença ou familiaridade passam a ser os traços característicos no tratamento com os mortos; deixam de fazer medo. O cemitério, antes fora da cidade, é transferido para junto dos santos, perto da pia batismal, próximo ao altar, dos penitentes, ou seja, dentro da igreja e no seu entorno.⁹⁵

Na Freguesia de Piedade, os livres tiveram o maior número de sepulturas dentro da matriz (ver gráfico 2), é provável que essas covas fossem as mais cobiçadas e de mais alto valor. A maior parte dos que a utilizaram, ou eram agregados à elite local, outros sepultados “pelo amor de Deus.” (Ver anexo 2)

Gráfico 2- Sepultamento na Igreja



Para corroborar tal afirmação vejamos alguns exemplos.

Uma dessas covas foi destinada a Manoel, em 1797, filho de José Dias de Araújo (natural de Iguassú) e de Ana Joaquina de São José (natural da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar). A família Araújo compõe a elite local; foi uma das primeiras famílias a se estabelecer na região, como afirmado no capítulo 1. Foi em terras do alferes José Dias de Araújo (bisavô de Manoel) que a matriz fora fundada e sua reconstrução em terras de seu filho, Diogo Dias de Araújo (avô do morto). Diogo de

⁹⁴ O catolicismo não era estranho a muitos escravos de origem africana. Ver em: SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

⁹⁵ ÀRIES. op.cit.,1981.p.39-43

Araújo era natural de Iguassú e casado com Marcela Francisca de Queirós, natural da Freguesia de São João de Meriti. Os Araújo, possuidores de diversas terras, expandiram sua rede de relacionamento para outras freguesias, por meio de casamentos.

Outro exemplo é o de Dionísio Mascarenhas, falecido em 1767, casado com Úrsula cativa do Alferes José Borges de Sá, também foi inumado dentro da igreja. Certamente, possui algum vínculo com a família Borges, inserida na hierarquia militar. José Borges era Alferes, e seu filho, Estácio José Borges de Sá, Alferes/Capitão.

Antonio Jose de Moura, proveniente do reino, solteiro, foi enterrado dentro da igreja pelo mor de Deus, provavelmente, por não ter meios para adquirir uma catacumba.

No que concerne às mortalhas, os corpos foram envoltos em quatro tipos: panos de cor, hábitos sacerdotais, de santos ou lençóis. No caso dos escravos não há menção de nenhum tipo de tecidos para envolver seus corpos. Para além do possível esquecimento do pároco em registrar, podemos constatar o alto custo destes panos. Por sua vez, os livres tiveram um maior índice no uso dos hábitos de cor (18,8%), principalmente o branco, seguido dos hábitos de santos (5,6%), sobretudo o franciscano, sendo os únicos a utilizar as vestes sacerdotais. Vestes sacerdotais e de santos eram mais dispendiosos. Segundo João José Reis, o seu uso representa um apelo aos santos para colocar a alma no caminho da salvação. Apesar de não utilizarem nenhuma mortalha sacerdotal e uma pequena porcentagem do uso de mortalha de santos (2,0%); os forros, em relação aos livres, foram os que mais utilizam as mortalhas, 35,5%, e 25,0%, respectivamente.

Tabela 4 Índice do uso de Mortalhas

Mortalha	Livres	Forros	Escravos
De cor	18,8 %	32,0%	0
De santos	5,6%	2,0%	0
Sacerdotais	0,3%	0	0
Em lençóis	1,0%	1,0%	0
Sem referência	75,2%	65,0%	100,0%

O santo que teve seu hábito mais utilizado foi São Francisco, um ato representativo de pedir a intercessão deste mártir na hora derradeira; em segundo lugar o de Santo Antonio, da ordem franciscana, conhecido por sua capacidade de curar, achar objetos perdidos e casar pessoas; por último, o hábito de São Bento.

Compondo as exéquias, os sacramentos são ritos de incorporação dos mortos ao seu destino no além (ver capítulo 2). Todos os segmentos sociais recorriam aos sacramentos na hora derradeira. Em nossa amostra 69,8% dos forros recebem todos ou alguns sacramentos, os escravos, 46,6%, e 39,1% os livres. Assim, percebemos que o status jurídico-social não era obstáculo para a administração de sacramentos. Na pesquisa realizada por Cláudia Rodrigues sobre algumas freguesias do Rio de Janeiro, do século XIX, os índices de sacramentos realizados por forros e escravos também eram maiores em relação aos livres.⁹⁶

2- Nos testamentos

A partir do século XII, na França, uma grande quantidade de missas e serviços são prescritos pelos testadores; assim a morte torna-se oportunidade de missas, as quais iniciavam antes mesmo da morte do indivíduo, durante sua agonia. Devido à grande quantidade, a realização de missas durava dias, semanas, meses e até mesmo anos. Cultos solenes e preces pela alma foram resguardados pelos testadores em seus testamentos.⁹⁷ Por meio da análise dos 50 testamentos de Iguassú, identificamos 47 testadores fazendo pedidos de missas para si, e 28 fizeram pedidos de missas por outros. O número de encomenda de missas mais alto foi o do Capitão Luiz Barbosa de Sá, falecido em 1780, o qual requer 200 missas de corpo presente para si e 200 missas pelas almas de seus pais e escravos.

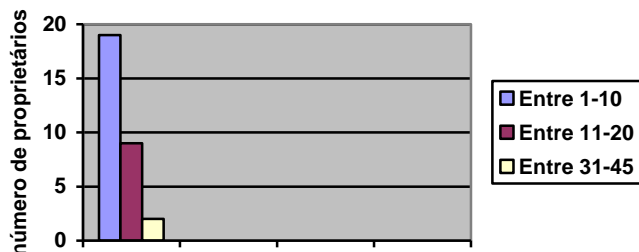
Os cativos foram declarados nos testamentos de alguns indivíduos e vimos que os forros possuem entre 1 e 4 escravos, com uma média de 2 cativos cada. Entre os livres há aquele que não declararam, pois afirmam que seus herdeiros saberiam o eu havia em sua “fazenda”, portanto 11 não apresentam esse dado; a maior parte dos livres tem entre 1 e 10 escravos, apenas 2 são proprietários de mais de 30 escravos. Dentre eles, Francisco Correia Barboza, com 44 escravos, 40 cabeças de gado, 8 cavalos e lavouras era um dos maiores proprietários de cativos e gado da região, membro da elite,

⁹⁶ RODRIGUES.op.cit., 1997. Página 184.

⁹⁷ ÀRIES.op.cit., 1981.p.185-191

pediu seu sepultamento em covas da Irmandade do Santíssimo Sacramento, o que demonstra o forte caráter exclusivista da Confraria.

Posse de escravos por livres



Para “ajudar a salvação da alma” ou por ato de caridade, alforrias foram realizadas. Constam em treze testamentos, das quais apenas duas são totais, e as demais sob condição. Assim escreve Rosa Maria da Silva, preta forra, falecida em 1782:

”Declaro que os ditos dois escravos Manoel e Benedito os deixo com a obrigação de cada um por si mandar dizer por minha alma meia capela de missas extras tantas missas mandaram os ditos dizer pela alma de meu marido ficando ambos com obrigação de servir ao dito meu marido [André Carvalho Monteiro] até o seu falecimento e depois dele tendo dado inteiro cumprimento a todas estas minhas disposições os deixo a ambos livres e forros e de mais lhe deixo o forno de cobre e roda com todos seus pertences para deles se servirem pertencendo a cada um parte igual.”⁹⁸

Rosa Maria, além de empregar a benesse da alforria para angariar missas em prol da sua alma, condiciona a liberdade de seus escravos à vida de seu marido; mas o interessante é observar que, por possuir um único herdeiro, e após a morte deste, os escravos Manoel e Benedito teriam o direito de usufruir os instrumentos de fazer farinha de mandioca. Apenas os membros da elite, Manoel Velasques e Manoel Martins Pinheiro, concedem alforria plena.⁹⁹ Já Rita Perpétua, preta forra, ao alforriar seu escravo declara:

“Declaro que só possuo hum escravo por nome João, o qual deixo a parte eu me toca forro, e liberto, e poderá dar outra parte a meo marido; pois a meo gosto era deixá-lo forro de todo, por que só com ele me achei quando meo marido me deixou, como he sabido de todos desta Freguesia. Declaro se couber no possível o dito escravo

⁹⁸ Livro de Óbitos de livres e forros (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú 1777-1798). f. 21.

⁹⁹ Constatei que eram membros da elite sócio-econômica pela extensão de seus bens, pela ligação à famílias dos conquistadores da terra e por certos aspectos de privilégios que envolveram seu funeral.

*que pelos bons serviços que dele recebi de me sustentar, e vestir, se puder ser meu testamenteiro lhe concederá três anos para pagar a parte que tenho dito; pois este he meu último gosto, e vontade (...)*¹⁰⁰

Na parte que lhe competia, Rita Perpétua alforriou e deixou livre seu cativo João, que sustentava e vestia sua senhora, cujas palavras demonstram que concedeu a alforria menos para pôr sua alma no caminho da salvação, do que pela relação estabelecida entre ambos; ainda que não fossem aspectos mutuamente excludentes.

As relações das dívidas ativas e passivas nos testamentos denotam mais uma vez a função dupla deste instrumento: a busca do “Paraíso”, preocupação em pagar tudo o que se deve, e o apego pelos bens terrenos. Deixando para os testamenteiros a relação dos seus devedores; Manoel Martins Pinheiro declara em seu testamento:

*“que tenho hum livro numerado que principia de hua athe cincoenta e cinco folhas, e na lauda seguinte, principia outra vez em huma e acabe em cento e trinta e huma folhas, em cujo livro tenho sentado todas as pessoas que me devem isto he as pessoas libertas porque também tenho mais hum caderno em que tenho sentadas as dívidas que me devem as pessoas cativas cujos assentos de humas, e outras pessoas são verdadeiros, e assim por minha morte meu testamenteiro tomará entregue do dito livro, e rol para cobrar por elas quanto se me dever, com digo o que espero faça com toda diligencia, e zelo como da sua amizade espero, e pelo muito trabalho, e despesas que poderá ter com estas minhas cobranças lhe deixo a quarta parte do que ele cobrar em remuneração.”*¹⁰¹

Conhecido provavelmente na localidade pela concessão de créditos, Pinheiro afirmou a seus testamenteiros a existência de um livro contendo todos os seus devedores, para garantir mesmo em morte o respectivo pagamento.

O medo de morrer devedor também ocorria, como se vê na história de Manoel Gomes. Ao conhecer Gracia Maria, preta forra de nação angola, em casa de Luiz Magalhães Nogueira, donde era cativo, contratou-se para casar com ela, caso lhe desse o dinheiro para a sua liberdade, no valor de 14 dobras de ouro. Ao adquirir a liberdade, casou-se com Gracia Maria sob o contrato seguinte: se no decorrer do casamento não tivessem filhos, o que se achasse no monte e na sua fazenda deveria pagar aquele valor a sua companheira. Complementarmente: *“E assim rogo a qualquer dos meus testamenteiros que tomar conta deste meu testamento avaliem tudo o que ficar por*

¹⁰⁰ Livro de Óbitos de livres e forros (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú 1777-1798). f. 171v.

¹⁰¹ Livro de Óbitos de livres e forros (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú 1777-1798). f. 133v.

minha morte por douz homens de Sam consciência Sam mais ordem, ou figura de júizo, a dito que se avaliam se pague a dita minha companheira as ditas catorze doblas”¹⁰²; pois o casal não teve filhos.

Igualmente, o rol das dívidas declaradas nos demonstra a ampla rede de relações sociais que tinha os fregueses de Piedade do Iguassú. Manoel Rodrigues Velasques demonstra ter relações com pessoas de diversas localidades, inclusive com as do porto do Rio de Janeiro; reinol, se estabeleceu no Rio de Janeiro e casou-se com Maria Francisca de Melo, natural da mesma Cidade. Após ser cometido por grave doença, mudou-se para seu sítio em Iguassú, expressando suas últimas vontades antes de vir a falecer, em 1742. Dentre os diversos credores e devedores arrolados por Velasques, destacamos uma dívida passiva em Minas Gerais com o seu compadre Manoel Dias Cordeiro, *“por hum credito, que tenho de anno de trinta, e nove, setecentos e tantos mil réis, dos quais correm juros da ley athe seu pagamento (...)”*; uma dívida ativa em Lisboa com os herdeiros do defunto Alferes Antonio da Fonseca, da qual: *“tenho recebido três mil, e tantos cruzados a conta de mayor quantia, e declaro que os procuradores da dita causa o primeiro bastante he Antonio Antunes em Lisboa assistente em casa do Conde da Ericeyra, e segundo que he o solicitador da cauda Jose Pereira em Lisboa e morador mo Lagar do Cebo, e peo a meus testamenteiros tenham mesmo cuidado com esta divida porque todas as frotas me estruem, dam parte o como está esta causa.”¹⁰³*

Assinalamos a importância dada ao número de párcos, carpideiras e pobres durante o cortejo fúnebre e os tipos de transporte utilizado para levar o cadáver; nos testamentos foram deixadas ordens para o dia do sepultamento. De acordo com as disposições dos testamentos, livres e forros são levados em redes ou esquife, acompanhados por irmandades e pobres que ganham esmolas para participarem da procissão. Bento Garcis de Araújo ordena que seu corpo seja levado em esquife, levado por quatro homens mais pobres, deixando-lhes de esmola uma pataca. Por sua vez, Velasques pede que 30 sacerdotes acompanhem seu corpo. Gracia Maria, preta forra, pediu que sua irmandade lhe faça acompanhamento até a sepultura e realizem missas de corpo presente, tal como determina o compromisso. Antonio Pereira Soares descreveu como queria sua inumação:

¹⁰² Livro de Óbitos de livres e forros (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú 1777-1798). f. 152v.

¹⁰³ Livro de Óbitos de livres, forros e escravos (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú 1723-1769). f. 16v.

*“meu corpo será amortalhado no hábito de Sam Francisco de que se pagarão a esmola costumada e depois conduzido em hua rede a hua covinha minha que está ao pé da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú para de lá saber depois dum comendado por meu Reverendo Vigário com os mais sacerdotes que ouver, [ilegível] duas irmandades do Santíssimo Sacramento e Almas me acompanharão em até o enterro athe a dita minha Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú onde serei sepultado, de tudo se pagará a esmola costumada”.*¹⁰⁴

Os elementos que compõem o bem morrer e a análise dos testamentos demonstram que o pertencimento ou a ligação com os primeiros conquistadores da terra era um elemento de distinção entre os indivíduos, além, claro, do exclusivismo social, em sentido amplo na participação em irmandades, sobretudo a do Santíssimo Sacramento, do maior privilégio para os livres no uso da mortalha de santos e no maior número de posse de escravos, concessão de alforrias, composição do cortejo fúnebre, dentre outros a espera de análise.

¹⁰⁴ Livro de Óbitos de livres e forros (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú 1777-1798). f. 122.

CONCLUSÃO

Estudar a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú pode ser considerado um desafio devido à limitação das fontes, mas como foi demonstrado não impossibilita a realização da pesquisa.

Procurei analisar os censos demográficos existentes na região, a existência de índios, na maioria das vezes agregados, a identificação da procedência do maior grupo de origem africana, a dinâmica dos limites fronteiriços da Freguesia, a importância da sua rede hidrográfica e da abertura dos Caminhos do Ouro, caracterizando o território como área de trânsito e propiciando um provável crescimento econômico na região.

Hoje, mesmo que dentro da cidade dos vivos, os mortos têm o seu lugar: os cemitérios; assim como a morte, não mais dentro de casa, no quarto, na cama, mas nos leitos de hospitais. No século XVIII, tal como exposto, os fregueses de Iguassú concebiam a morte de forma próxima e familiar, vivos e mortos conviviam sem medo, dentro da igreja, durante o velório, as missas. A liturgia do bem morrer católico, as imagens e leituras, de certa maneira, cumpriu seus objetivos, ao menos a domesticação da morte.

Inferno, Juízo Final e Purgatório introduzidos na visão escatológica aguçaram o temor para com o destino da alma no além túmulo, fez indivíduos de diversos grupos sociais realizarem os rituais indicados pela religião oficial: sacramentos, mortalhas, participação em irmandades, etc. Muitos também quiseram acompanhamento durante o cortejo de seu funeral pelo maior número de pessoas, serem enterrados próximo aos santos e fazer testamentos.

Como uma forma de não “congelar” a abordagem, assinalamos, mesmo que brevemente, a concepção de morte por parte dos africanos vindos da região central da África, basicamente os *bantu*; a morte como uma forma de continuidade da vida e não do aniquilamento acarreta de certa forma uma caracterização mais festiva da morte.

Tais informações expressaram a hierarquia social dessa sociedade de Antigo Regime e escravista, cujos critérios não se restringem aos aspectos econômicos. Assim,

alguns apontamentos foram dados em relação à composição da elite local, mas também presentes nas alforrias concedidas por forros senhores.

Temos ciência que o presente trabalho não compreende a todos os homens de *qualidades* da Freguesia, mas apenas um esboço de uma trincada rede de relações clientelísticas, formada por famílias que se estabeleceram primeiro em terras da Piedade, vindas da Cidade do Rio de Janeiro ou de pessoas advindas do reino e incorporadas à elas por meio de casamentos ou apadrinhamentos. Todos, de diferentes modos, mas igualmente temerosos, encomendaram, quando puderam, suas almas para o além-túmulo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, João Ferreira de (trad.). **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

ARAÚJO, José de Souza A. Pizarro. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro. v.3**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

_____. (1753-1830). **Visitas pastorais na Baixada Fluminense feitas pelo Monsenhor Pizarro no ano de 1794**. Mandada imprimir pela prefeitura da Cidade de Nilópolis através da secretaria municipal de cultura. Nilópolis: Shaovan, 2000.

ÀRIES, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

_____. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003
Atlas Fundiário do Rio de Janeiro./ S E A F. Rio de Janeiro: 1991.

BARROS, José D'Assunção Barros. **O campo da História: Especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BATISDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações**. São Paulo: Pioneira, 1989.

BEZERRA, Nielson Rosa. **As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro**. Niterói: EdUFF, 2008.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.
BONUCCI, Antonio Maria, S.J. 1651-1728. **Escola do bem morrer: aberta a todos os christaos, & particularmente aos moradores da Bahia nos exercícios de piedade, que se praticão nas tardes de todos os domingos pelos irmãos da confraria da Boa Morte, instituída com authoridade Apostólica na Igreja do Collegio da Companhia de Jesus**. Lisboa, 1701.

MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada, 1978.

DEMETRIO, Denise Vieira. **Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: Séculos XVII e XVIII**. 2008. 179 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

FORTE, José Mattoso Maia. **Memória da Fundação de Iguassú: comemortiva do primeiro sentenário da fundação da villa em 15 de janeiro de 1833**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, 1933.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Conquistadores e arrivistas: uma aristocracia reinventada. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; Sampaio, Antonio Carlos Jucá de, (orgs.). **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, Séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. **Topoi**, Rio de Janeiro; n.5. jul.-dez. 2002.

_____. Capitão Manoel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Fátima (orgs.). **Na trama das redes: Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 243-294

FREIRE, Gilberto. **Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 20ª.ed. Rio de Janeiro/ Brasília: Livraria José Olympio Editora/ INL-MEC, 1980.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

GOMES, Flavo dos Santos. Quilombos do Rio de Janeiro do século XIX. In: GOMES, Flávio dos Santos & REIS, João José (organizadores). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

GUEDES, Roberto Ferreira. **Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850)**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008.

LACERDA, Antonio. Terra de gente valente. In: Diocese de Nova Iguaçu. **Diocese de Nova Iguaçu: 50 anos de missão (1960-2010)**. [S.l.: s.n.], 2010.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

PEIXOTO, Ruy Afrânio. **Imagens Iguaçuanas**. Nova Iguaçu, Tip. Colégio Afrânio Peixoto, 1968.

PEREIRA, Waldick. **Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/SEEC, 1977.



_____. **A mudança da vila (História Iguaçuana)**. Nova Iguaçu: Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 1997.

RAMOS, Artur. **As culturas negras no Novo Mundo**. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

REIS, João José. **A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do séc. XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

RODRIGUES, Cláudia. **A cidade e a morte: a febre amarela e seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849-50)**. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701999000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 jul. 2010, 17:49:30.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além: secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Cláudia. Apropriações da morte católica por africanos e seus descendentes no Rio de Janeiro setecentista. In: **Caderno de Ciências Humanas**. Especiaria/ Universidade Estadual de Santa Cruz. Vol. 10. n. 18 (jul. – dez. 2007). Ilhéus: Editus, 2009.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Fátima (orgs.). **Na trama das redes: Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 459- 484

SILVA, Antonio Moraes. **Dicionário da língua portuguesa - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SLENES, Robert. Malungo, ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil. In: **Revista USP**, n.12, 1991-1992. 48-73.

SOARES, Márcio de Souza. **A doença e a cura: saberes médicos e cultura popular na corte imperial**. 1999. 406 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

ANEXO 2

Interior de uma igreja, século XIX, Rio de Janeiro, Debret.

